

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TÁSSIA MENDES E SILVA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A POLÍTICA PÚBLICA MULHERES MIL: a
implementação no âmbito do IFMA em São Luís

São Luís
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TÁSSIA MENDES E SILVA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A POLÍTICA PÚBLICA MULHERES MIL: a
implementação no âmbito do IFMA em São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obter o título de Mestre em Políticas Públicas.
Orientadora: Profa. Dra. Cândida da Costa

São Luís
2015

Silva, Tássia Mendes e.

A educação profissional e a política pública Mulheres Mil/Tássia Mendes e Silva. – São Luís, 2015.

102 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Curso de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2015.

1. Educação profissional – Qualificação – Mulheres Mil. 2. Políticas públicas - Gênero. I. Título.

CDU 377 – 055.2

TÁSSIA MENDES E SILVA

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A POLÍTICA PÚBLICA MULHERES MIL: a
implementação no âmbito do IFMA em São Luís**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obter o título de Mestre em Políticas Públicas.
Orientadora: Profa. Dra. Cândida da Costa.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cândida da Costa (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Dra. Lilia Penha Viana da Silva (Membro)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Aurora Amélia Brito de Miranda (Membro)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Aos meus pais, às minhas irmãs, bem como a minha orientadora e aos meus amigos, pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus. Foi ele quem mais me deu as forças de que eu precisava para passar na seleção do concorrido Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para, sem afastamento do trabalho, cursar todas as disciplinas necessárias e finalizar tal curso com a apresentação da presente dissertação.

Ao meu pai(*in memoriam*), que sempre me incentivou e apoiou nas escolhas estudantis e profissionais e que sem seu apoio e amor não teria obtido tantos êxitos.

À minha mãe, por seu amor, dedicação e apoio em todos os campos da minha vida.

À minha orientadora, que sempre foi muito presente e atuante em todas as fases da elaboração desta dissertação, dando-me apoio e aconselhamentos para o meu crescimento educacional.

Às minhas irmãs, pelo apoio, paciência e amor em todas as horas nessa jornada.

Aos meus amigos, pela compreensão, suporte e amizade em todas as horas e sempre que precisei.

RESUMO

Este trabalho se propôs a estudar a política pública Mulheres Mil a partir da experiência do Instituto Federal do Maranhão, em São Luís, no período de 2009 à 2012, que teve como objetivo a elevação de escolaridade e a qualificação profissional das participantes. Tratou-se de uma política pública inclusiva, com recorte de gênero, voltada para a oferta de cursos de qualificação profissional, que buscou proporcionar a mulheres em condições de vulnerabilidade social o acesso à educação, à qualificação, ao emprego e à renda, através de uma formação profissional e cidadã. Esta dissertação considerou o histórico das desigualdades enfrentadas pela mulher na sociedade brasileira, principalmente no que se refere ao acesso à educação, à qualificação e ao ingresso no mercado de trabalho. A pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental, visando identificar os principais aspectos presentes no discurso governamental e na verificação do que ocorreu na realidade concreta das alunas dos cursos. Foi realizada uma revisão teórica sobre as principais categorias presentes nessa política, como educação, qualificação profissional, cidadania, desenvolvimento sustentável, equidade, trabalho, políticas públicas e gênero. Conseguiu-se como resultado observar que as ações desenvolvidas nessa política alcançaram alguns objetivos visados, sem conseguir lograr o total êxito da sua proposta inicial, como a elevação de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho da maioria das alunas, embora tenha sido para algumas alunas importante para a elevação da autoestima, para o retorno aos estudos e para o ingresso no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Gênero. Qualificação profissional. Política Pública

ABSTRACT

This work intended to study public policy Thousand Women from the experience of the Federal Institute of Maranhão, São Luís, from 2009 to 2012, which was aimed at raising the educational level and the qualification of participants. It was an inclusive public policy, with a gender approach, geared to the provision of vocational training courses, which sought to provide women in vulnerable social conditions access to education, qualifications, employment and income through vocational training and citizen. This paper considered the historical inequalities faced by women in Brazilian society, particularly with regard to access to education, qualification and entry into the labor market. The research was of bibliographical and documentary evidence, to identify the key aspects in government discourse and verification of what happened in the concrete reality of the students of the courses. A theoretical review was carried out on the main categories present in this policy, such as education, professional training, citizenship, sustainable development, equity, work, public policy and gender. Was achieved as a result note that the actions taken in this policy achieved some objectives pursued without getting the complete success of its initial proposal, as the rise of education and the integration into the majority of the labor market of the students, although it was for some students important for raising the self-esteem, to return to their studies and to enter the job market.

Keywords: Gender. Professional qualification. Public Policy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	14
2.1 Políticas públicas, cidadania e desenvolvimento.....	14
2.2 As formas atuais de ingresso no mercado de trabalho e a participação da mulher.....	38
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A POLÍTICA PÚBLICA MULHERES MIL.....	46
3.1 A educação profissional no Brasil, no Maranhão e no Instituto Federal do Maranhão.....	46
3.2 A política pública Mulheres Mil no IFMA.....	55
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES.....	92

1 INTRODUÇÃO

A mulher, historicamente, inseriu-se no mercado de trabalho enfrentando discriminações, persistindo, ainda hoje, situações em que o público feminino percebe salários inferiores aos dos homens pelo desempenho das mesmas atividades. Além do preconceito em relação a sua capacidade para o trabalho, muitas mulheres, hoje, sofrem com a falta de oportunidades devido à falta de educação e qualificação profissional para assumirem postos de trabalho.

Nessa perspectiva, o governo federal vem investindo na implementação de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional visando à inserção da parcela da sociedade excluída do mercado de trabalho, como as mulheres de baixa renda familiar. Assim, surgiu a política *Mulheres Mil*, que é desenvolvida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que buscam por meio da qualificação profissional, incluir no mercado de trabalho mulheres desempregadas e de baixo poder aquisitivo, tanto por meio do emprego formal, quanto através do auto emprego.

Uma política pública deve ter um objetivo que visa atender as necessidades da sociedade. Assim, a política intitulada como *Mulheres Mil* se adéqua ao conceito de políticas públicas, já que busca a inclusão social e econômica de uma parcela da sociedade excluída, sendo que a metodologia utilizada pelos institutos federais de educação, ciência e tecnologia para desenvolvê-la em todo o País teve origem no Canadá.

As políticas públicas tratam, de um modo geral, de ações do Estado voltadas para setores específicos da sociedade, sendo que esse direcionamento estratégico do poder público deve responder às demandas sociais, de modo a garantir os direitos e atender às necessidades dos cidadãos, sobretudo dos que, historicamente, não tiveram muito acesso a sua cidadania.

Inicialmente, a política pública *Mulheres Mil*, objeto desta dissertação, tratava-se de um projeto, que pretendia qualificar mil mulheres no norte-nordeste, regiões historicamente com maior número de mulheres excluídas socialmente e do mercado de trabalho. Em 2011, tornou-se uma política pública no governo da presidente Dilma Roussef, sendo cada vez mais difundido e adotado pelos Institutos Federais no país como um todo. Até o final de 2014 a meta era beneficiar

100 mil brasileiras, por meio dessa política pública, que passou a integrar o plano Brasil Sem Miséria, no ano de 2011.

Como projeto, foi criado através de uma parceria firmada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), a Association of Canadian Community Colleges (ACCC), a Agência Canadense de Cooperação (ABC) e a Rede das Escolas Federais de Educação Tecnológica do Norte e Nordeste (REDENET). Seu objetivo inicial era promover a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres de baixo poder aquisitivo das regiões Nordeste e Norte, sendo direcionado para as mulheres que não tinham emprego formal (carteira assinada).

A metodologia utilizada na política *Mulheres Mil*, segundo consta no site do Mulheres Mil do Ministério da Educação (MEC),¹ é denominada Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, sendo resultado de um amplo processo de construção, que foi originada no acúmulo e na sistematização de conhecimentos desenvolvidos pelos Community Colleges canadenses em suas experiências de promoção da equidade e nas ações com populações desfavorecidas naquele país ao longo de dez anos.

O sistema canadense é chamado Sistema ARAP (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia) e consiste, em linhas gerais, em certificar todas as aprendizagens formais ou não formais e proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação.

A metodologia brasileira busca viabilizar o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho, o acompanhamento das egressas e os impactos gerados na família e na comunidade.

No Estado do Maranhão, as atividades são desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), contando com o projeto alimento da inclusão social, através da oferta de formação profissional em técnicas de congelamento de alimentos, em funcionamento desde 2009. Esta pesquisa apresentou como eixo de análise o estudo da Educação Profissional enquanto um espaço de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos da sociedade, assim como tradução de formas de exercício de poder político, envolvendo a distribuição desse poder, desvelando a dimensão ideológica das

¹ Disponível em www.mulheresmil.mec.gov.br

concepções e dos projetos de qualificação profissional, tanto nos governos de Lula quanto no de Dilma.

Para estudar os Planos de Qualificação desenvolvidos no país é necessário investigar as transformações no mercado de trabalho e das formas de produção na totalidade, e as particularidades do cenário brasileiro, cujas implicações recaem sobre o novo perfil de qualificação que passa a ser demandado, no contexto neoliberal, bem como incide sobre a política de Educação Profissional a ser desenvolvida no país.

Para este estudo, partimos do pressuposto de que os Planos de Qualificação Profissional no Brasil, em maior ou menor grau, se configuram em estratégias de enfrentamento dessa nova realidade complexa de reestruturação produtiva, instituindo novos tipos de formação do trabalhador, definidos de acordo com a leitura que fazem os elaboradores dos Planos sobre essa realidade nacional.

Ademais, há que se destacar que as concepções, diretrizes, objetivos, mecanismos de implementação e execução desses Planos foram condicionados pelo processo de reforma do Estado nos anos 1990 que redefiniu um novo marco de realização de políticas públicas (LIMA FILHO 1999), além do envolvimento dos diferentes atores sociais nesse processo, interferindo no resultado final dessa política, bem como na adequação à realidade local, em que se observam novas possibilidades ou estratégias de enfrentamento de questões que não haviam sido previstas anteriormente. Por isso, entendemos que a política se insere em um processo dinâmico (DYE, 1994), cuja trajetória é redefinida constantemente durante sua vigência, em função de diferentes negociações, mobilizações e alianças de interesses.

O estudo desta dissertação tem por objeto a política pública Mulheres Mil do Instituto Federal do Maranhão –Campus São Luís Monte Castelo, que ganhou status de política pública em 2011 quando foi inserido no Plano Brasil sem Miséria do governo federal, passando a integrar um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Na escolha desta temática, havia a preocupação do objeto de estudo ser uma política recente, quando do ingresso da autora deste estudo no programa de mestrado em políticas públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Porém, à medida que o programa Alimento da Inclusão Social, principal programa da

política Mulheres Mil no IFMA, adquiria mais espaço e formava mais turmas, passou a ganhar mais destaque dentro do IFMA, assim como nos demais Institutos Federais pelo país. Assim, a relevância deste estudo se dá por ser uma política nacional, que está presente em todo o território brasileiro e os Institutos Federais são os principais órgãos executores. No âmbito nacional, esta política pública tem como objetivo estimular a inclusão educacional, produtiva e social das mulheres em situação de vulnerabilidade, elevar a escolaridade e a formação cidadã, inserir as alunas no mundo do trabalho, estimular o empreendedorismo, as formas associativas e a empregabilidade interferindo positivamente no desenvolvimento local (BRASIL, 2011 p.8).

O objetivo geral do presente estudo foi de verificar como o IFMA incorporou na execução da política Mulheres Mil os conceitos de qualificação profissional, desenvolvimento, cidadania e equidade presentes na referida política. Já os específicos foram:

1. Estabelecer as concepções de qualificação, desenvolvimento, cidadania e equidade presentes na concepção da política *Mulheres Mil*;
2. Identificar as estratégias utilizadas pela política *Mulheres Mil*, com destaque para as concepções, os objetivos, os elementos que norteiam as ações, a forma de organização e o público-alvo;
3. Identificar como é desenvolvido o programa Alimento da Inclusão Social, os setores, público-alvo e principais aspectos envolvidos.

Offe diz que: "(...) a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado" (Lenhardt & Offe, 1984, p. 15). Sob esse aspecto, as políticas sociais implementadas pelo governo federal tendem a eliminar a exclusão do mercado de trabalho de parcela da população que não tem renda alguma, ficando à margem da sociedade brasileira.

Observou-se como ocorreu a implantação da política pública Mulheres Mil, do seu início, em 2009, à sua fase como política pública em 2012. Tomou-se como objeto de análise as políticas públicas de inclusão social do MEC, em especial a política *Mulheres Mil* desenvolvido em São Luís pelo IFMA, na perspectiva de sua criação e implementação pelo governo federal, bem como sua importância histórico-teórico para as políticas de inclusão social por meio da educação e qualificação profissional.

Neste trabalho foram usados vários procedimentos metodológicos:

a) a pesquisa bibliográfica, desde a leitura exploratória do tema, e seu devido fichamento, leitura crítica dos conceitos e análise da teoria estudada. Acreditou-se que a exploração do objeto exigiria técnicas inerentes a esse tipo de pesquisa, mas não em sua totalidade, pois no decorrer deste projeto surgiram variáveis imprecisas, partindo-se do princípio que o sujeito deste é o ser humano e sua subjetividade esteve presente desde a escolha do objeto, sua construção e interpretação. Foi feita uma explanação do discurso governamental sobre os conceitos de desenvolvimento, equidade, cidadania e participação, empregabilidade embutidos na metodologia usada na Política *Mulheres Mil* contrapondo-os aos discurso dos “desfavorecidos”, “vulneráveis”, “excluídos”. Além dos conceitos e categorias teóricas citados, foram abordadas aquelas inerentes ao objeto de estudo como: gênero, educação/qualificação profissional, inclusão social, políticas públicas e mundo do trabalho e suas singularidades requeridas pelo objeto (trabalho informal, empreendedorismo/economia solidária/trabalho por conta própria, etc)

b) análise documental da política *Mulheres Mil*, onde, posteriormente, foram feitas análises e interpretações dos dados recolhidos, à luz do conceito de política pública de qualificação profissional e de política pública de geração de emprego e renda como direito do cidadão *versus* a ideia de política compensatória

c) pesquisa secundária, por meio da análise de depoimentos, relatos e entrevistas veiculadas em sites oficiais, bem como em outros meios de comunicação, assim como pesquisa primária, através de entrevista livre com a gestora dessa política no período de 2009 - ano de início como projeto- à 2012, quando ganhou status de política pública, sendo que foi feita uma análise qualitativa dos dados obtidos desse mesmo período.

O presente estudo é justificado por tratar de uma política pública inserida em um conjunto de prioridades do governo federal, sobretudo no eixo de promoção da equidade, igualdade entre os sexos, combate a violência contra a mulher e o acesso à educação, de forma a propiciar a inclusão social das mulheres no mundo do trabalho. Justifica-se também em razão dos objetivos da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação dos IF's, em destaque:

II –ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;(...)

V –estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; (Lei nº11.892/2008, Seção III, art. 70)

Esta dissertação de mestrado é dividida em quatro capítulos, da seguinte forma: inicia-se com a Introdução, onde é feito um breve relato do que será tratado nos demais capítulos da dissertação, bem como o problema, objetivos geral e específicos e metodologia; no segundo capítulo foi feita uma breve abordagem sobre as políticas públicas e sua interação com a educação, a cidadania e o mundo do trabalho, seguido sobre as formas atuais de ingresso no mercado de trabalho e a participação da mulher; logo após, tratou-se sobre a equidade e sobre teorias acerca do desenvolvimento; já no terceiro capítulo, abordou-se sobre a educação profissional e a política pública Mulheres Mil, onde foi feito um estudo sobre essa política pública, com foco no Instituto Federal do Maranhão, do seu início como projeto em 2009 até a fase de política pública em 2012; finalizando, temos o último capítulo, que é a conclusão da presente dissertação, sem, no entanto, esgotar o tema.

2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

2.1 Políticas públicas, cidadania e desenvolvimento

As políticas públicas se referem às ações estatais direcionadas para setores determinados da sociedade, como saúde, educação etc. São realizadas por meio de programas, de ações e de projetos de amplo alcance, com metas, objetivos e estratégias bem definidas. Peters (1986) diz que a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Boneti (2007) diz que:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. (BONETI 2007, p. 74)

Já para Guareschi (2004) as políticas públicas são:

[...] o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público. (GUARESCHI, 2004, p. 180)

Percebe-se, pois, que as políticas públicas são as decisões de governo que afetam e influenciam a vida dos cidadãos. São os atos de governo que buscam garantir direitos sociais, atuando em áreas específicas.

Para Lowi (1985, p. 7), políticas públicas são “regras formuladas por autoridades governamentais que expressam intenção de influenciar o comportamento de cidadãos, individual ou coletivamente, mediante o uso de sanções positivas ou negativas”. Já para Muller e Surel (2002), temos que:

[...] Na perspectiva canônica, fazer uma política é, inicialmente, de fato tomar decisões (boas, se possível) e implementá-las. Ora, com o risco de chocar o senso comum, e necessário partir, ao contrário, da ideia segundo a qual as políticas públicas não servem para “resolver” os problemas. Fazer uma política pública não é, pois, “resolver” um problema, mas, sim, construir uma nova representação dos problemas que implementam as condições sociopolíticas de seu tratamento pela sociedade, estruturando, dessa forma, a ação do Estado. (MULLER; SUREL, 2002, p. 29).

As políticas públicas são o conjunto de planos e programas de ação governamental com foco na intervenção social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, com destaque para a implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. Teixeira (2002) define política pública:

[...] um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (TEIXEIRA, 2002, p.5).

Assim, percebe-se que se houver uma participação mais intensa da sociedade poderá ocorrer a inclusão dos discursos dos representantes da sociedade e de gestores públicos (agentes de governo) na elaboração de leis e na formatação de projetos. Para Thomas Dye política pública é: “é tudo o que o governo decide fazer ou deixar de fazer, como regular conflitos sociais, organizar a sociedade perante outras sociedades, distribuir simbólicas recompensas aos membros da sociedade, extrair dinheiro por meio de taxas, entre outras coisas” (DYE, 2008, p.01).

É possível depreender, a partir dos conceitos apresentados, que as políticas públicas consistem em uma série de ações de cunho político voltadas ao atendimento das demandas da sociedade, sendo resultados das decisões tomadas pelo governo. Vale ressaltar que outras instituições não governamentais, como organizações do terceiro setor, também podem formular e por em prática políticas públicas e não somente o governo, como alguns conceitos mais restritos propõem.

Teixeira (2002) segue dizendo que as políticas públicas respondem as necessidades da sociedade, principalmente dos setores mais excluídos da mesma, que são chamados de vulneráveis, almejando, também, o seguinte: a) expandir e efetivar direitos de cidadania obtidos por meio de lutas sociais e que foram reconhecidos institucionalmente; b) buscar a promoção do desenvolvimento, através da elaboração de alternativas de geração de emprego e renda como modo compensatório dos ajustes criados por outras políticas mais estratégicas (econômicas), e; c) mediar conflitos entre os diversos atores sociais, pois há contradições de interesses que não se resolvem sozinhas ou pelo mercado e necessitam de mediação.

Entre as teorias de políticas públicas, tem-se a teoria do ciclo das políticas públicas, que busca explicar a interação entre intenções e ações, ao mesmo tempo em que busca desvendar a relação entre o ambiente social, político e econômico e o governo. O ciclo da Política Pública é um ciclo deliberativo, formado pela união de vários estágios, constituindo um processo dinâmico e de aprendizagem. Os estágios são os seguintes: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

A implementação compreende as fases de: definição do problema em seus aspectos normativos e causais; decomposição do problema; demonstração de tratamento do problema e identificação de solução alternativa; estimativas brutas; e definição de estratégias de implementação. Percebe-se, então, que a fase de implementação nada mais é do que a execução da política pública formulada, por meio de programas, projetos e ações governamentais.

Para Hjern e Porter (1993), as políticas públicas são implementadas a partir de grupos multiorganizacionais, com diversos atores que constroem estruturas de implementação a partir de suas interações, relações e, conseqüentemente, negociações e conflitos. Para Arretche (2001), um programa é um resultado de uma combinação complexa de decisões entre diferentes agentes, mas a implementação efetiva é sempre realizada com base nas referências que os implementadores de fato adotam para desempenhar suas funções.

No que tange às políticas públicas voltadas para a educação de parcela da sociedade excluída do mercado de trabalho e incluí-la por meio da qualificação profissional, temos segundo Offe (1984)

[...] parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um *máximo de opções de troca* para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas (OFFE, 1984, p.12).

Para Hofling (2001):

Mais do que oferecer “serviços” sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais. Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo ‘competitivo frente à ordem mundial globalizada’. (HOFLING, 2001, p.11)

Verifica-se, pois, que as políticas públicas visam à melhora da qualidade de vida e dos índices de desenvolvimento da população como um todo, bem como a redução das desigualdades sociais e econômicas, através da atuação do Estado, de modo operante, específico por área ou grupo a ser trabalhado e sendo decisivo para a efetividade dessas ações.

Partindo dos conceitos de políticas públicas descritos anteriormente, temos que, em teoria, a Mulheres Mil se trata de uma política pública pois, nos moldes das políticas públicas de gênero, baseia-se no elo entre educação e trabalho, entendendo esta sincronia como parte integrante no fortalecimento e garantia de direitos sociais, sendo que também integra o Plano Brasil sem Miséria do governo federal, juntamente com outras ações que visam a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, sendo que, também, passou por todas as etapas do ciclo da política pública.

Os valores sociais e individuais das pessoas têm que ser constantemente trabalhados, ressaltados e ancorados ao desenvolvimento material da sociedade, que inclui o desenvolvimento econômico, de forma a acabar com o subdesenvolvimento em todas as suas variedades. Para Celso Furtado (1962, p.23)

Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isto, facilmente explicamos por que as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo. Se o preço da liberdade de alguns tivesse que ser a miséria de muitos, estejamos seguros de que escassa seria a probabilidade de que permanecêssemos livres. Tivéssemos de aceitar como real esta alternativa e estaríamos diante de um impasse fundamental, decorrente de uma contradição entre os objetivos últimos, isto é, as metas que orientam o nosso esforço de construção social [...] pois não se trata apenas do sacrifício de pessoas, mas também de valores e não podemos estar seguros de que os valores, destruídos hoje possam ser reconstruídos amanhã, a menos que aceitemos uma teoria linear, segundo a qual a cada grau de desenvolvimento material da sociedade corresponde necessariamente outro de desenvolvimento dos demais valores.

Karl Polanyi (1980, p.139) identifica a existência de um “duplo movimento” no decorrer do capitalismo industrial e liberal, que consistiria no resultado da:

ação de dois princípios organizadores da sociedade [liberal], cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o princípio do liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado auto-regulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre-comércio como seus métodos. O outro foi o princípio da proteção social, cuja finalidade era preservar o

homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos.

É possível perceber, então, que no capitalismo industrial e liberal a proteção social foi de grande importância para a sua concretização e aceitação, uma vez que as legislações voltadas para a proteção dos trabalhadores, fez com que as classes por elas atingidas não apresentassem tanta resistência, considerando uma boa forma de capitalismo.

Essa proteção social foi e está sendo construída a partir dos processos sociais de construção dos direitos sociais. A ideia de cidadania, de um modo geral, está relacionada com os aspectos da vida em sociedade como um todo, sendo percebida através do direito ao sufrágio do voto e da possibilidade de colaborar, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da sociedade por meio da participação cívica.

Etimologicamente, a palavra cidadão se refere ao habitante da cidade. Assim, nessa perspectiva, cidadania é o exercício indistinto da pessoa que vive na cidade, ou seja, o cidadão. O sentido político, social e jurídico que a palavra adquiriu ao longo da história se deu através das lutas pela consolidação e garantia de direitos feitas pelos habitantes da cidade.

Somente a existência de direitos civis e políticos não garante a democracia, necessitando haver os direitos sociais, que são eles que asseguram a participação do indivíduo na sociedade. A cidadania é construída ao longo da história pelos indivíduos e deve compreender os direitos civis, políticos e sociais.

O cidadão para Rousseau é o habitante de uma cidade, aquele que possui plena capacidade de exercício dos direitos civis e políticos de um Estado que necessita de identidade política, passando a ter uma nova importância no surgimento do estado civil, visto que é o responsável por elaborar as leis através de uma consciência coletiva, afastando-se dos seus interesses particulares em prol do benefício da coletividade. Rousseau (1991, p. 120) afirma que:

O cidadão conserva todas as leis, mesmo as aprovadas contra sua vontade e até aquelas que o punem quando ousa violar uma delas. A vontade constante de todos os membros do Estado é a vontade geral: por ela é que são cidadãos e livres. Quando se propõe uma lei na assembléia do povo, o que se lhes pergunta não é precisamente se aprovam ou rejeitam a proposta, mas se estão ou não de acordo com a vontade geral que é deles.

É na prática da emancipação política (a cidadania), que a oposição entre as classes se faz presente. No plano da política, os homens são iguais, constituem um ser coletivo; já no âmbito da sociedade civil, os homens são burgueses, enaltecem os seus interesses particulares. Tal contradição não se dissolve no campo da política, ficando disfarçada pelo conceito de igualdade.

Baseado em uma análise histórica, Marshall(1967) mostra o desenvolvimento desses direitos, retratando como a cidadania se apresenta como um processo cumulativo de conquistas de direitos, em dois aspectos: o primeiro diz respeito à conquista de novos direitos, enquanto que o segundo se refere à ampliação dos direitos para as camadas da população que estavam excluídas desses direitos. O autor segue dizendo que:

os direitos civis surgiram em primeiro lugar e se estabeleceram de modo um tanto semelhante à forma moderna que assumiram antes da entrada em vigor da primeira Lei de Reforma, em 1832. Os direitos políticos se seguiram aos civis, e a ampliação deles foi uma das principais características do século XIX, embora o princípio da cidadania política universal não tenha sido reconhecido senão em 1918. Os direitos sociais, por outro lado, quase que desapareceram no século XVIII e princípio do XIX. O ressurgimento destes começou com o desenvolvimento da educação primária pública, mas não foi senão no século XX que eles atingiram um plano de igualdade com os dois outros elementos da cidadania. (1967, p. 75).

O referido autor defende que a cidadania não vai acabar com a desigualdade, mas ela é uma possibilidade real de reduzi-la. De acordo com ele, a questão da cidadania apareceu nos séculos XVII e XVIII, de modo sutil, através da formulação dos direitos civis. Ele diz que:

[...] a igualdade implícita no conceito de cidadania, embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe que era, em princípio, uma desigualdade total. Uma justiça nacional e uma lei igual para todos devem inevitavelmente enfraquecer e, eventualmente, destruir a justiça de classe, e a liberdade pessoal como um direito universal deve eliminar a servidão (MARSHALL, 1967, p. 77).

A cidadania conquistada no século XX entra em questão com as mudanças provocadas pelo neoliberalismo em relação aos direitos sociais e as mudanças no mundo do trabalho.

A partir da transição do modelo de produção fordista para o modelo de produção de acumulação flexível, houve várias mudanças no mundo do trabalho e para os trabalhadores. Para Hirata (1996, p.54), as mulheres passaram a ser usadas

como força de trabalho “depreciada”, em atividades parciais, cada vez mais precarizadas e insalubres. A autora destaca ainda que (1996,p.54-55): “dentre as mudanças recentes no modelo japonês de relações industriais e de organização da empresa estão: a expansão do trabalho feminino e do emprego de estrangeiros”.

Nesse novo modelo de produção, temos que do trabalhador passou a ser exigido conhecimentos mais abrangentes e diversificados, bem como ações mais dinâmicas e com foco na coletividade. Para Hirata (1996), nesse modelo:

As características da organização do trabalho da empresa japonesa em ruptura com o taylorismo e o fordismo são essencialmente o trabalho cooperativo em equipe, a falta de demarcação das tarefas a partir dos postos de trabalho e tarefas prescritas a indivíduos, o que implica num funcionamento fundado sobre a polivalência e a rotação de tarefas (de fabricação, de manutenção, de controle de qualidade e de gestão de produção). O trabalhador japonês, polivalente e multifuncional, não tem uma visão parcial e fragmentada, mas uma visão de conjunto do processo de trabalho em que se insere. Tal visão de conjunto é necessária para julgar, discernir, intervir, resolver problemas, propor soluções a problemas concretos que surgem cotidianamente no interior do processo de trabalho. (HIRATA, 1996,p.130)

Nesse novo cenário econômico, a busca por qualificação profissional tornou-se evidente e necessária. Oliveira (2003) diz que:

As mudanças decorrentes do processo de globalização e a adoção de novos padrões de produção industrial – caracterizado, principalmente, pela flexibilidade – impõem a necessidade de reestruturar a educação profissional, visando sua adequação aos novos requisitos exigidos dos trabalhadores [...] (OLIVEIRA, 2003, p.32)

No Brasil, na década de 90, havia grandes taxas de desemprego, aumento constante do setor informal e baixo custo da mão de obra, que beneficiavam a competitividade do país no âmbito do trabalho. Assim, faltava base para manter a máxima que a rigidez das relações de trabalho, juntamente com os elevados encargos sociais são os principais obstáculos para a geração de empregos (SALM; FOGAÇA, 1998, p. 166-167).

Para a teoria econômica neoclássica, iniciada nos anos 60, os trabalhadores marginalizados pela inovação tecnológica, se fossem devidamente requalificados, teriam a possibilidade de serem realocados em outros setores da economia, sem prejuízo da qualidade do emprego. Nesse período, surgiu a Teoria do Capital Humano, segundo a qual existe uma correlação direta entre o investimento em educação, a produtividade e as oportunidades de promoção no mercado de trabalho, representada pelas diferenças salariais.

Com a transformação do sistema de produção, apareceu no mundo do trabalho um novo profissionalismo, com reflexos no âmbito da educação e da formação profissional. Até essa época, o modelo taylorista-fordista influenciava o modo de estruturar a educação escolar, até o final dos anos 1970, período esse em que a formação profissional era restrita ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operários semiqualeificados, adaptados aos postos de trabalho. Nessa época, somente uma minoria de cinco trabalhadores precisava ter competências em níveis maiores de complexidade (FRANCO et al, 2004, p. 56).

A educação pode ser considerada como meio de aumentar a capacidade de trabalho, de renda e de produtividade, sendo entendida como um aspecto fundamental para o desenvolvimento social e econômico de um país. Pochmann (2002), diz que:

com as recentes transformações no mercado de trabalho, a qualificação, a requalificação, o treinamento e a educação profissional passaram a ganhar maior importância nas decisões governamentais de financiamento das políticas compensatórias de emprego. (POCHMANN, 2002, p.122)

É possível inferir, assim, que as exigências quanto ao perfil do trabalhador mudaram, exigindo que se torne mais flexível, detentor de uma gama maior de conhecimentos e habilidades, para atender às novas exigências do mercado de trabalho e das empresas, sendo que o sistema educacional, então, teve que se adaptar a essa nova conjuntura desenvolvimentista.

Durante o século XX, a política praticada no Brasil foi a neoliberal, o que agravou a alta concentração e a desigual distribuição de renda, potencializando os efeitos da crise econômica no país, gerando o desemprego maciço. No que tange às políticas públicas de Educação Profissional no Brasil, a partir dos anos 1990 passou a integrar a sua base o conceito de competência.

Esse novo aspecto dessas políticas públicas surgiu a partir das mudanças estruturais que aconteceram no mundo do trabalho, a partir da década de 1950 no Japão com a mudança nas formas de reengenharia da produção e, no Brasil a partir dos anos 1970, que foi um período de grandes rupturas nos planos político, social e cultural, tendo a evolução científica e tecnológica adicionado transformações no processo produtivo, influenciando a organização da vida em sociedade.

A economia política do capitalismo no final do século XX sofreu grandes alterações substanciais nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo, na estrutura do Estado, etc. Nesse caminho, a recessão dos anos 1970 simbolizou a transição do modelo fordista, com suas implicações sociais, para outro modo de acumulação de capitais. Iniciou-se um “período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza” (HARVEY, 2003, p.119).

Já na década de 1980, devido à globalização da economia, teve início a ideia da formação por competência, proveniente de outros contextos, que ganhou força nos anos 1990. No Brasil, a formação técnico-profissional é voltada para o campo técnico-empresarial, pois o mercado é propenso a resumir a educação ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho e dos anseios das empresas.

Nessa perspectiva, a partir dos anos 1990, passou a ser adotada a “noção de competência” (SOUSA E PEREIRA, 2006), como parâmetro para a elaboração das políticas públicas de educação profissional. Para as citadas autoras, o conceito de competência enaltece o trabalhador com aptidão para elaborar conexões, criar e desenvolver conceitos, ser proativo e trabalhar em grupo. Consoante Lucília Machado(2007), sobre competências:

No quadro atual do debate sobre gestão do uso do trabalho, quando se faz referência à noção de competências, fala-se, portanto, não das potencialidades que constituiriam a base para garantir a excelência no agir humano. Fala-se desta excelência mesmo, das estruturas subjetivas hipotéticas que se materializam na ação dos sujeitos quando estes conferem uma dada significação a uma situação precisa no trabalho e agem de forma eficiente e eficaz na resolução de um problema. Deduz-se a existência de competências a partir de resultados de intervenções concretas e, por isto, elas têm uma conotação de sucesso (MACHADO,2007,P.6).

Para Hirata (1994), a competência se refere a um sujeito e a uma subjetividade, deslocando para o âmbito do privado uma relação que no modelo anterior era social. Nessa realidade, as políticas públicas de educação profissional no país se voltaram para os planos de formação e qualificação profissional como, por exemplo: o Plano Nacional de Formação do Trabalhador ² (PLANFOR), que

² O PLANFOR foi um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR) do governo Fernando Henrique Cardoso, financiado pelo FAT, que investiu em políticas “ativas” e “passivas” de trabalho, isto é, em ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada. O objeto do PLANFOR foi a educação profissional com foco na demanda do mercado de trabalho e no perfil da população-alvo, orientada pela efetiva demanda do setor produtivo, reunindo interesses dos trabalhadores,

existiu no período de 1996 a 2002; e o Plano Nacional de Qualificação ³(PNQ) implementado em 2003, durante o Governo Lula, em substituição ao PLANFOR, devido ao seu baixo desempenho.

Observamos, então, que o foco da qualificação profissional mudou, sendo que a educação para o trabalho deixou de ser voltada principalmente para as empresas e passou a ser direcionada para atender aos interesses do trabalhador e da própria sociedade, destacando-se, também, por ser uma forma de resgate da cidadania dessas pessoas.

A importância das competências passou a ganhar destaque. Machado (2007) segue dizendo que:

Embora as competências sejam inerentes ao ser humano no seu processo de humanização, a valorização de um dado perfil de competências surgiu como um dos elementos históricos do que, hoje, se chama re-estruturação capitalista; um componente da forma atual do capitalismo de responder ao aumento da competição capitalista, às mudanças tecnológicas, à necessidade de redução dos custos e de melhoria da qualidade dos processos produtivos e dos produtos. Acompanha este processo a proposta de mudança na gestão do trabalho. A noção de competências foi, para tanto, resgatada e ganhou um significado particular no contexto da busca de novos métodos de organização da produção social: o de eixo estrutural para o estabelecimento de um novo padrão de regulação do uso do trabalho, correspondente e funcional com relação à nova concepção de produtividade (controle da qualidade e pró-atividade face às flutuações do mercado e à diversificação crescente dos produtos) (MACHADO, 2007, p.8).

Dentro da perspectiva do PNQ, a ideia de qualificação possui novo significado, sendo que o trabalhador qualificado não tem apenas habilidades motoras para a execução de tarefas repetitivas, como também possui conhecimentos científicos e tecnológicos. De uma perspectiva de um trabalhador mecânico e repetitivo, aspecto predominante no fordismo, à perspectiva de um

empresários e comunidades. Foi uma política complementar à educação básica (ensino fundamental e médio), que buscava contemplar o desenvolvimento integrado das habilidades básicas, específicas e de gestão do trabalhador por meio de cursos, treinamentos, assessorias, assistência técnica, extensão e outras ações presenciais ou a distância. Visava, também, atender à diversidade social, econômica e regional da População Economicamente Ativa (PEA), promovendo a igualdade de oportunidades nos programas de qualificação profissional e no acesso ao mercado de trabalho.

³ O PNQ se configurou em uma ação política do governo federal da gestão de Lula em conceber a qualificação profissional como direito, como política pública, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável, tendo sido criado em substituição ao PLANFOR, que foi considerado ineficiente, sendo que o foco passou a ser a expansão do mercado de consumo de massa como estratégia de crescimento, assim como a incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor. Incorporou a noção de geração de trabalho como forma de geração de renda, sem necessariamente ser focado no mercado formal de trabalho, sendo que tais formas alternativas de geração de trabalho e renda eram abordadas nos cursos do PNQ como um módulo específico e obrigatório

trabalhador qualificado, detentor de uma variedade de qualidades, que antes eram restritas aos níveis hierárquicos superiores.

Conforme Harvey (2003), o capitalismo está ficando mais organizado, justamente pela sua capacidade de mobilidade geográfica, pela dispersão produtiva e pela flexibilização do mercado de trabalho. Há a presença de processos de trabalho e mercados de consumo cada vez mais flexíveis em razão da capacidade de inovação tecnocientífica, que mudam os padrões anteriores de acumulação de capitais.

Dessa forma, o acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na disputa competitiva. Porém, podemos notar uma renovação de interesse e de ênfase, uma vez que em um mundo de constantes mudanças de gostos e necessidades e de escalas de produção flexíveis (fazendo oposição ao mundo relativamente estável do fordismo), o conhecimento da técnica mais moderna, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, resulta na possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. (HARVEY, 2003, p. 151).

Há uma corrente de estudiosos que defende que, as inovações tecnológicas são estratégias do capital usadas com o intuito de desqualificar, dividir e enfraquecer a classe dos trabalhadores, sendo conhecida como “visão conspiratória da desqualificação” destacando-se, nessa linha de pensamento, o autor Braverman, com sua obra Trabalho e Capital Monopolista⁴.

Para Marx, o desenvolvimento do processo capitalista vai se distanciando pouco a pouco do trabalho qualificado. Para ele (apud SALM, 1980, p. 75), se baseia no seguinte fato:

[...] o processo de trabalho que depende da execução de tarefas complexas por parte do trabalhador mostra-se sempre pouco adequado à acumulação do capital. São processos que resistem à expansão da escala de produção que caracteriza, viabiliza a concentração e centralização do capital. São processos que dificultam a redução do tempo de trabalho, elevando os custos de produção e o tempo de rotação do capital.

⁴ “Braverman, Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

Percebe-se que a desqualificação do trabalho seria proveniente da precisão de expansão da produção, que não teria como acontecer se o processo produtivo fosse liderado por trabalhadores qualificados, na perspectiva de dominação completa de uma tarefa específica.

Marx preconiza o conceito de polivalência, oposto ao conceito toyotista, sendo visto como a superação da alienação do trabalho no capitalismo. Ele visualiza um tipo de trabalhador que possui um perfil ocupacional e uma qualificação que possibilitem seguir as constantes mudanças de funções provenientes do fim da rigidez na distribuição dos trabalhadores na cadeia produtiva, que acabou por gerar, também, o fim das especializações. É possível constatar no citado autor a presença do posicionamento de que o acréscimo dos requisitos de escolaridade e a necessidade de uma formação mais generalista seriam importantes para que o trabalhador pudesse encarar os novos padrões produtivos e tecnológicos. Segundo Marx, destacado por Salm e Fogaça (1998,p.178):

[...] a educação adequada a esses trabalhadores de funções múltiplas não seria a das escolas profissionais tradicionais [...], mas sim 'a educação tecnológica', que habilitaria à variedade de funções que caracterizariam essa nova fase de produção capitalista.

Nota-se, pois, que a educação é fundamental para que ocorram transformações no processo produtivo, sendo que a educação tecnológica seria a principal forma para os trabalhadores conseguirem se ajustar a essa nova fase do capitalismo.

Castel afirma que o liberalismo e o intervencionismo estatal não são excludentes, posicionamento também defendido por Polanyi (1980). Castel (1998, p. 537) ressalta que:

[...] num período caracterizado pelo fortalecimento do liberalismo e pela celebração da empresa, as intervenções do Estado, particularmente no domínio do emprego, são numerosas, variadas e insistentes como nunca foram. Porém, bem mais do que o aumento do papel do Estado, é a transformação das modalidades de suas intervenções que se deve ser sensível.

O referido autor destaca que essa transformação é observada na transição das “políticas de integração” para as “políticas de inserção”, sendo que estas buscam reduzir o déficit de integração da parcela mais vulnerável, procurando diminuir a distância que afasta os que tem um emprego estável e boas condições de vida daqueles que não os possuem, enquanto aquela visava homogeneizar a

sociedade a partir do centro,envolvendo ações direcionadas para a expansão dos serviços públicos e da redução das desigualdades sociais.

Sobretudo no mercado de trabalho europeu temos hoje as ações afirmativas, que consistem em uma discriminação positiva, buscando incluir a parcela da população que se encontra à margem, excluída ou que tem menor participação em determinado segmento do mercado.

No Brasil, as ações afirmativas podem ser percebidas na legislação que trata da reserva de vagas no mercado de trabalho, bem como em concursos públicos, para as pessoas com deficiências. Porém, as ações afirmativas ainda estão restritas, no país, a poucos segmentos da sociedade que se encontram em situação precária ou fora do mercado de trabalho.

Castel (1998, p.542) segue defendendo que as políticas de inserção são diferentes das iniciativas clássicas de assistência, entretanto, das iniciativas clássicas de assistência, que tinham caráter universal, direcionadas para as pessoas que tinham sido dispensadas do trabalho por razões legítimas, visto que as atuais políticas são voltadas para os trabalhadores que estão desempregados, que possuem dificuldade de integração ao mercado de trabalho por outros fatores que não a inadaptação.

As denominadas políticas de emprego sempre foram marcadas pela imprecisão conceitual e pelo debate político (BARBOSA E MORETTO, 1998; DEDECCA et al., 2007). Estas políticas podem ser consideradas juntamente com as políticas econômicas-quando buscam gerar o pleno emprego-e podem ser unidas às políticas sociais- quando atingem um âmbito maior, como a previdência social.

Também podem ser independentes dessas duas políticas, podendo ser direcionada a ações de qualificação profissional, por exemplo,podendo, ainda, atuar em conjunto com as políticas as políticas de regulação das relações de trabalho, que tratam da legislação trabalhista e da estrutura de representação e negociação sindical.

Quando as políticas de emprego estão voltadas, sobretudo, à busca da geração de trabalho e na redistribuição justa da renda, tornam-se cada vez mais próximas da racionalidade própria da luta por direitos sociais e de cidadania.Tais políticas ainda podem ser ativas ou passivas. As políticas de emprego são, ainda, classificadas como ativas ou passivas.

São consideradas políticas ativas as que agem sobre a oferta e a demanda por emprego e trabalho: a intermediação e a qualificação profissional (atuação na oferta), o fomento ao microcrédito, o incentivo ao trabalho autônomo, a criação de frentes de trabalho, a criação de emprego no setor público e os subsídios públicos à contratação privada (atuação na demanda).

As políticas passivas são as destinadas a compensar temporariamente, por meio de assistência financeira, a perda do emprego: seguro-desemprego, principalmente; programas de assistência; redução do tempo de aposentadoria, manutenção de jovens no sistema escolar, redução da jornada de trabalho, fomento à migração (AZEREDO, 1998; THUY et al., 2001; ORTEGA et al., 2006).

A crise econômica mundial que ocorreu a partir do final dos anos 1970, desencadeou mudanças técnicas e organizacionais no sistema produtivo, trazendo à tona o problema do desemprego estrutural e da precarização das relações de trabalho (POCHMANN, 2001). As políticas de bem estar, como um todo, e as políticas públicas de emprego começaram a passar por grandes mudanças.

Com a crise econômica instalada, todas as nações tiveram que adotar medidas de flexibilização do mercado de trabalho e reduzir benefícios. Destaca-se o quanto a questão do emprego virou o núcleo central das políticas sociais (AZEREDO, 1998). Ganhou mais adeptos o discurso da integração das políticas públicas de emprego.

Porém, quanto mais se separam da política econômica, mais focam nas políticas ativas. Sob a égide de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, a responsabilidade por realizar feitos que antes cabiam às políticas econômicas recaíram sobre as políticas públicas de emprego (DEDECCA et al., 2007).

Nesse contexto, ganharam força as seguintes políticas ativas: formação profissional, serviços de intermediação de mão de obra, subsídios à contratação pelo setor privado, políticas voltadas aos jovens, programas de ajuda ao trabalho autônomo e à organização de cooperativas, desregulamentação do mercado de trabalho.

Do lado do governo, buscou-se utilizar as políticas passivas, ganhando destaque o discurso da “empregabilidade”, onde o Estado não tem mais a obrigação de assegurar o emprego, mas ajudar na empregabilidade do trabalhador, por meio

da oferta de serviços direcionados para as necessidades individuais de cada um, destacando-se a qualificação profissional.

Muito embora os investimentos em qualificação e elevação da escolaridade da classe trabalhadora sejam louváveis e importantes requisitos para a obtenção do emprego, este, por sua vez, por necessitar de outros fatores de cunho conjuntural e estrutural, desperta para outro problema que não pode ser ignorado: “[...] a possível não empregabilidade dos qualificados.” (CASTEL, 1998, p. 521).

Dessa forma, a política de inserção deixa de ser uma etapa provisória, tornando-se um “estado” ou uma nova “modalidade de existência social”, que está em um espaço entre a completa exclusão e a integração (CASTEL, 1998, p. 521). A partir da segunda metade de 1980, a Teoria do Capital Humano passou a sofrer uma grande reestruturação, despontando como uma nova alternativa de caráter estritamente privado: a promessa da empregabilidade (GENTILI, 1998, p. 81).

As mudanças no processo produtivo determinaram que o modelo de trabalho que vigorou no taylorismo/fordismo não era mais capaz de atender às novas exigências do capital, sendo, então, substituído pelo trabalho flexibilizado. No que tange à educação, a formação deixa de considerar como questão o emprego, como ocorreu no período que foi marcado pela Teoria do Capital Humano, mas passa a enfatizar o empoderamento, a capacidade de empregabilidade, o surgimento de modos individuais ou coletivos de gerar trabalho e renda.

Tal fato é possível por que a política de geração de emprego e renda age através: do incentivo ao associativismo e ao cooperativismo com foco no empreendedorismo e/ou na economia solidária; da qualificação e requalificação profissional do trabalhador para ingressar no mercado de trabalho como empregado ou como dono do seu próprio negócio; de linhas de créditos para financiamento dos empreendimentos; e de parcerias entre as diversas esferas governamentais (federal, estadual e municipal), Sindicato de Trabalhadores, Federações, Empresas, por meio da Responsabilidade Social Empresarial e de Organizações não Governamentais - ONGs.

O crescimento econômico sem um grande aumento da oferta de empregos, o aviltamento das condições de trabalho para uma grande parte da classe trabalhadora e o crescimento do desemprego em determinados segmentos da economia se destacam como grandes desafios a serem enfrentados, sobretudo pelo Brasil, na atualidade. Tais acontecimentos acabam por reavivar o embate teórico

entre as diversas doutrinas existentes acerca das tendências do emprego e da qualificação do trabalho humano face ao avanço tecnológico.

Na recuperação da tensão que marca o conceito, é importante notar que Celso Furtado, em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961,p.89), defende que: “o desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho”. Percebe-se, pois, que “o aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na distribuição e utilização do produto social constituem o problema central da teoria do desenvolvimento.”

A obra de Ignacy Sachs, desenvolvimento includente, sustentável e sustentável, aborda, principalmente, os conceitos e estratégias de implementação do desenvolvimento, sobretudo do desenvolvimento interno de um país.

O autor usa a Argentina como exemplo, afirmando que os países latino americanos dispõem de seus recursos naturais e humanos de maneira politicamente equivocada "inspirada por uma visão idealizada de uma globalização simétrica e mutuamente benéfica e pelo fundamentalismo de mercado" (Sachs, 2008, p.10).Nota-se que o autor discorda da posição política adotada por muito países latino americanos no que tange ao desenvolvimento e ao uso dos recursos naturais e humanos, que ocorre de maneira equivocada,impulsionada por uma visão errônea e idealizada da globalização e da economia de mercado.

Sachs segue dizendo que o Estado nacional tem três funções principais,que são:

a- A articulação de espaços de desenvolvimento, desde o nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao transnacional (que deve ser objeto de uma política cautelosa de integração seletiva, subordinada a uma estratégia de desenvolvimento endógeno; b- A promoção de parcerias entre todos os atores interessados, em torno de um acordo negociado de desenvolvimento sustentável; c- A harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio de planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando um equilíbrio entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política) e as cinco eficiências (de alocação, de inovação, a keynesiana, a social e a ecoeficiência (SACHS, 2008,p.11).

Temos que o renomado autor preconiza que o desenvolvimento de um país deve ser articulado politicamente desde o nível local até o nível transnacional, utilizando parcerias entre todos os setores interessados e envolvidos (direta ou indiretamente),bem como fazendo o uso do planejamento estratégico e de metas

sociais harmonizadas para proporcionar um desenvolvimento sustentável e um equilíbrio entre as formas de sustentabilidade e as cinco eficiências.

Partindo desse ponto de vista, apresenta a sua proposta de desenvolvimento endógeno, buscando a geração do trabalho decente para todos, seguindo a estratégia proposta pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), promovendo o emprego e o auto-emprego na produção de meios de subsistência.

No que se refere ao conceito de desenvolvimento, Sachs o trata diferente do crescimento econômico, uma vez que para ele os objetivos do primeiro são muito mais abrangentes do que o do segundo, ultrapassando a multiplicação da riqueza material, como pode ser observado no seguinte trecho de sua obra: “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2008, p.13).

O autor defende que o desenvolvimento também deve ocorrer nos âmbitos social, ambiental, territorial e política, e não somente no aspecto econômico, visando o bem estar da população como um todo. Defende ainda que o objetivo principal deve ser em obter o emprego decente e o auto-emprego de modo a “assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico.” (SACHS, 2008, p.18)

Seguindo em busca de um conceito de desenvolvimento, Sachs observa que os primeiros autores a desenvolver o conceito do desenvolvimento defendiam como prioridade o pleno emprego, a importância do Estado de Bem-Estar, bem como a intervenção estatal nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade dos mercados (SACHS, 2008, p.31). Para ele, há a necessidade de “se achar um equilíbrio entre as metas de modernização e industrialização, de uma parte, e, de outra, a promoção do pleno emprego e/ou auto-emprego sem perder de vista a necessidade de aumentar continuamente a produtividade do trabalho” (SACHS, p.31).

Sachs diz que os autores latino americanos estavam corretos quando defendiam que esse tipo de desenvolvimento era concentrador e excludente. Para ele, o crescimento econômico deveria vir junto com a oferta de empregos.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, o autor diz que tal conceito “obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras e exige a explicitação de critérios de sustentabilidades social e ambiental e de viabilidade econômica” (SACHS,2008, p.36). Vê-se que,para ele,essa forma de desenvolvimento ocorre quando há critérios claros de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica, sendo pautado pela ética e pela solidariedade.

Já no concernente ao desenvolvimento includente, o autor afirma que este é totalmente oposto ao padrão de crescimento excludente e concentrador de riqueza e renda.

É possível perceber que, para haver desenvolvimento includente, é necessário que haja a redução da informalidade no mercado de trabalho, com condições decentes para todos os trabalhadores (tanto no local do trabalho quanto em valores salariais), ampliar o acesso à proteção social(que hoje atinge poucos), bem como aumentar a participação da população como um todo da vida política, sobretudo das mulheres que ainda são discriminada pelo gênero e as mais atingidas.Para ele, a melhoria da qualidade de vida tem que fazer parte das estratégias de desenvolvimento dos governos.

Já quanto ao Brasil, Sachs diz que o país enfrenta e deverá encontrar solução para o seguinte problema “Sem emprego, a equação brasileira não fecha. Sem crescimento acelerado e industrialização, o Brasil não tem conserto” (SACHS, p.117).O país apresenta ainda, apesar do crescimento econômico dos últimos anos, uma má distribuição de renda e grande desigualdade social, bem como pouca oferta de trabalho e um crescente número de desempregados.

Tais problemas precisam ser solucionados para que o Brasil possa vir a ser um país desenvolvido e não somente um país com a economia forte, pois desenvolvimento requer melhoria da qualidade de vida da população,geração de empregos, redução/eliminação das desigualdades sociais, acesso por todos aos serviços públicos,aumento da produtividade do trabalho,maior participação política, ou seja, um desenvolvimento econômico, político e social, sem perder de vista a preservação ambiental.

O desenvolvimento endógeno defendido por Sachs abrange a implementação de estratégias pelos países, sobretudo o menos desenvolvidos, voltados para sua realidade, seus recursos, seu território, sua cultura,o seu

interesse. O desenvolvimento ideal, aquele que é incluyente, sustentável e sustentado pode ser obtido através não somente da sustentabilidade ambiental, como, também, da social e da econômica, assim como da geração de empregos e do auto emprego.

Na teoria econômica clássica, temos que o nível de desenvolvimento de um país é medido pelo seu PIB, que dividido por sua per capita mostra o grau de riqueza de uma nação, não levando-se em considerações aspectos importantes como democracia, liberdades individuais, direitos civis etc. A conceituação clássica sem a presença desses aspectos importantes para Sen, gera distorções, que, por sua vez, apontam para um novo modelo de desenvolvimento com base no aumento das melhorias das condições de vida das pessoas. Para Amartya Sen:

o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (SEN, 2000, p.47)

Percebe-se, pois, que as liberdades dependem também de outros fatores, como as disposições sociais e econômicas, como os direitos civis, a liberdade de participar de discussões políticas entre outros. A ideia central da obra de SEN é que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo expansão das liberdades. Para o citado autor, temos que:

Uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p.29)

Assim como Sachs, Sen defende que o desenvolvimento vai muito além do crescimento econômico, englobando a melhoria da qualidade de vida da população

e a redução das desigualdades, sem olvidar das liberdades que tornam o ser social completo. Sen, tratando sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento:

O crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000,p. 29)

Segundo o pensamento do renomado autor, a avaliação de uma sociedade deve ser observada, para a teoria do Desenvolvimento como Liberdade, pela ótica das liberdades substantivas que os indivíduos de uma determinada sociedade tem a sua disposição. É um modelo de desenvolvimento oposto ao tradicional, uma vez que este é baseado somente em variáveis econômicas, como o PIB.

A liberdade, para o autor, é algo fundamental para a ação individual e para a eficácia social, sendo que quanto mais liberdade uma pessoa tiver, mais ela poderá influenciar o mundo, cuidar de si mesma e contribuir para o desenvolvimento. Ele diz que :

A liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. (SEN, 2000,p. 33)

Para SEN, o desenvolvimento vem de atribuir capacidades às pessoas para realizarem as coisas que consideram importantes de fazer ou ter, sem deixar de exercer a sua condição de agente. O agente, por sua vez, é aquele que age e ocasiona a mudança. Para o autor, as liberdades são fundamentais para o desenvolvimento, sendo que:

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. (SEN, 2000,p. 25)

O desenvolvimento, nessa perspectiva, inclui a expansão das liberdades humanas e a avaliação do desenvolvimento de uma nação deve ser baseada nessa análise. Sen considera o papel constitutivo da liberdade como sendo um

instrumento para a construir o estilo de vida que se idealiza e do desenvolvimento desejado, tanto individual como coletivamente.

Já a relevância instrumental existe na medida em que liberdades civis, políticas, econômicas e sociais contribuem para o crescimento econômico, ajudando na troca de idéias, mercadorias e trabalho. Quanto a esse aspecto, temos que “O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos, contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2000 ,p. 53).

Essas liberdades possibilitam ao indivíduo aumentar a sua capacidade como agente, assim como reforçam umas às outras. A condição de agente passa a ganhar mais destaque, o que torna mais importante as liberdades instrumentais.

As liberdades individuais possuem, assim, dois aspectos diferentes no desenvolvimento. Primeiro, há um aspecto avaliativo (constitutivo, normativo), consoante o qual as liberdades são o fim último do processo de desenvolvimento. Em segundo lugar, um aspecto instrumental, em que as liberdades são os principais meios do desenvolvimento.

A abordagem avaliativa da liberdade se dá porque o progresso deve ser avaliado conforme o grau de expansão das liberdades das pessoas, ou seja, desenvolvimento é liberdade, sob o aspecto avaliativo. Já a abordagem se deve às interrelações causais entre os diversos tipos de liberdades existentes.

Quando desempenham o seu lado instrumental, as liberdades e os direitos dos indivíduos podem contribuir efetivamente, como instrumentos, para o progresso econômico. De modo resumido, temos que as liberdades substantivas são os fins almejados e as liberdades instrumentais são os meios para alcançar esses fins.

Na abordagem das capacidades humanas, a palavra “desenvolvimento” significa um processo complexo, que tem por finalidade as próprias pessoas, com os seus idealizados objetivos, estilos e qualidades de vida. A finalidade do desenvolvimento, que é o bem das pessoas, é associado à liberdade, ou seja, à capacidade pessoal de conseguir a vida que se quer ter de modo racional.

Amartya Sen destaca a importância da promoção da condição de agente das mulheres, tendo em vista a submissão e a privação de liberdade a que sempre foram expostas ao longo dos anos. O aumento do protagonismo feminino, ou seja, o acesso à educação e ao trabalho remunerado, pode vir a contribuir para a construção do desenvolvimento, através da redução da mortalidade infantil,

diminuição das taxas de fecundidade, etc. Sobre as mulheres, diz que: “A participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si [...] como uma grande influência para a mudança social em geral” (SEN, 2000, p. 233).

Compartilhamos da visão de desenvolvimento dos autores citados, sobretudo de Sen, uma vez que nos Estados desenvolvidos há um equilíbrio na qualidade de vida e bem estar da população, sem desigualdades econômicas e sociais, assim como há maior participação da mulher na sociedade e no mundo do trabalho, em patamar de igualdade com os homens, ao passo que nos países subdesenvolvidos, além dos índices econômicos serem menores do que os das nações desenvolvidas, há uma grande desigualdade econômica e social, bem como entre os gêneros.

Para Furtado, é ainda importante destacar que (1969, p. 18-19): “o desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um ‘sentido’; é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana”. Assim, temos que o desenvolvimento para ser pleno tem que ocorrer não somente do ponto de vista econômico como do ponto de vista social, como forma de transformar e beneficiar a sociedade como um todo e não apenas uma minoria. A forma de conceber o desenvolvimento no Brasil está presente no próprio formato dado ao papel da educação profissional no país.

Na obra *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls, propõe uma teoria da justiça social que tem como objeto primário a estrutura básica da sociedade, com as principais instituições sociais, abrangendo a Constituição e os regimes jurídico e econômico, assim como o modo como se articulam, de modo a ser um sistema único.

Quando define a estrutura básica como objeto primeiro da justiça, Rawls rejeita tanto a ideia utilitarista de Bentham e Mill, quanto a ideia libertária de Nozick. A estrutura básica, para Rawls, deve proporcionar um sistema autosuficiente de cooperação social, apto à concretização dos fins essenciais à vida humana. A fim de conseguir esse objetivo, é necessária a concentração e reconhecimento da importância do papel desempenhado pelas instituições, uma vez que elas possuem a finalidade de garantir condições justas para o âmbito social. A estrutura básica seria formada pela constituição política, pelas formas de propriedade, pela estrutura econômica, pela família, entre outros aspectos da sociedade em que ocorrem a

interação e a associação dos indivíduos. Os princípios de justiça defendidos por Rawls regulam essa estrutura básica, ou seja, não são as instituições sociais internas que regulam a estrutura básica.

As instituições sociais devem propiciar a regulação e o ajuste necessário ao funcionamento da estrutura básica e, caso não o façam, por mais equitativas e justas que aparentem, o processo social não será considerado justo. A justiça, para Rawls, deve ser a primeira virtude das instituições sociais, que tem a sua existência validada através da realização e manutenção da justiça. Deve-se, também, formular princípios e ter um esboço de um conceito de justiça, sendo que tal conceito deverá balizar a ação política para o ajuste do processo social de forma a manter a justiça social. Quanto a esses princípios, Rawls (1997, p. 3-5) diz que “Esses princípios são os princípios da justiça social: eles fornecem um modo de atribuir direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definem a distribuição apropriada dos benefícios e encargos da cooperação social .

John Rawls propõe uma teoria da justiça que possa unir o princípio de liberdade, concebido como o valor supremo da vida humana e o princípio da igualdade, que por sua vez é o valor fundamental da convivência humana, construindo, assim, uma sociedade justa.

Para Rawls, a necessidade da isonomia aparece quando indivíduos considerados como livres e iguais se envolvem em uma atividade comum que precisa de uma autoridade e reconhecem, entre eles mesmos, regras que conduzem a realização de suas atividades, assim como os direitos e deveres de cada um. A equidade permite que os indivíduos estabeleçam uma situação onde ninguém se sobrepõe a ninguém, sendo que os termos dessa igualdade, para ele, são “ [...] estabelecidos por meio de um acordo entre cidadãos livres e iguais unidos pela cooperação, à luz do que eles consideram ser suas vantagens recíprocas, ou o seu bem (RAWLS, 2003, p. 20).

Para Rawls, a equidade proporciona a correção das desigualdades por meio da igualdade de oportunidades. A sociedade é considerada, pelo autor, como um sistema igualitário de cooperação entre cidadãos livres e iguais. A sua teoria da justiça é uma abordagem política, visto que considera a justiça como forma de cooperação social visando a equidade.

Os dois princípios de justiça estabelecidos por Rawls, foram formulados e organizados em série, de maneira que ele pudesse aplicar na estrutura básica da

sociedade e concluir sua teoria. Os princípios de justiça seriam determinados de comum acordo entre os indivíduos de uma sociedade em uma situação hipotética, denominada por ele de **posição original**. Para o renomado autor, essa posição se referia à situação em que os indivíduos fossem agentes morais desinteressados, desconhecessem a sua situação real de vida, incluindo raça, sexo ou condição econômica (RAWLS, 1997, p.36).

Rawls trata primeiro do princípio da liberdade igual, que assegura um igual sistema de liberdades e direitos para todos os indivíduos e em seguida trata do princípio da **diferença**, que garante que as possíveis desigualdades econômicas na distribuição de renda e riqueza somente serão aceitáveis se beneficiarem os menos favorecidos, sendo que nos dois princípios não pode existir nenhuma vantagem que possa ser moralmente aceita se não beneficiar somente aqueles que estão em situação de desvantagem perante outrem (RAWLS, 1997, p. 67).

O princípio da **liberdade igual** é relacionado à grande variedade de liberdades básicas de um indivíduo, sendo visto como um cidadão participante ativamente de um estado de direito. Engloba, assim, a liberdade política – de votar e ser votado - de expressão, de reunião, de propriedade privada, etc, sendo que tais liberdades devem ser iguais a todos os indivíduos.

Já o princípio da diferença é aplicado à distribuição de renda e riqueza e às organizações que diferenciam através de hierarquias de autoridade e de responsabilidade. No que tange a distribuição de renda e riqueza, vale destacar que essa não precisa ser igual, mas tem que ser vantajosa para todos. Já quanto ao segundo aspectos desse princípio as posições de autoridade e responsabilidade devem também ser acessíveis a todos (RAWLS, 1997, p. 68).

Ainda sobre o princípio da diferença, temos que para o autor as desigualdades socioeconômicas podem existir, desde que haja um compromisso dos mais favorecidos em relação aos menos favorecidos, de forma que o crescimento socioeconômico de uns também causem o crescimentos de outros, melhorando as condições de vida dos menos favorecidos.

Os princípios devem obedecer a uma ordem sequencial, ou seja, primeiro vem o atendimento ao princípio da liberdade igual e depois ao da diferença. Tal ordem, para Rawls, quer dizer que se as liberdades iguais protegidas pelo princípio da liberdade igual forem violadas não poderão ser justificadas nem compensadas por maiores vantagens sociais (RAWLS, 1997, p. 65).

Assim, entende-se que a equidade pode ser compreendida como a tentativa de equiparar os interesses diferentes presentes em qualquer sociedade de forma justa, ou seja, de maneira que possa existir vantagem para todos, consoante os dois princípios anteriores. Tais princípios foram escolhidos para ser a base da estrutura básica da sociedade, formando um conceito de justiça igualitária, sendo que a injustiça, nesse caso, seriam as desigualdades que não beneficiam a todos (RAWLS, 1997, p. 66).

Segundo Rawls, para uma sociedade ser considerada justa, tem que haver a diminuição das diversas formas de desigualdade. Para tanto, pode-se fazer uso de ações afirmativas em favor de minorias, como as mulheres, os negros, etc. Partindo das proposições de justiça de Rawls, baseado na igualdade equitativa entre os homens, nas liberdades individuais, assim como na justa oportunidade, é que os governos elaboram políticas públicas por meio de ações afirmativas, de modo a assegurar oportunidades justas e iguais aos menos favorecidos da sociedade.

2.2 As formas atuais de ingresso no mercado de trabalho e a participação da mulher

O termo Empregabilidade deriva da palavra em inglês *employ ability*, que significa ter a capacidade ou a habilidade de se manter empregado e/ou tornar-se empregado. No contexto do Planfor, no período de 1996 à 2002 (Plano Nacional de Formação Profissional), o termo aparece como:

O conceito de 'empregabilidade' surgiu como instrumento de relativização da crise do emprego, face à incapacidade do setor produtivo de incorporar ou manter, no seu interior, o mesmo número de trabalhadores. Surgiu como justificativa para o desemprego em massa, atribuindo à má qualificação dos trabalhadores a culpa por estes não atenderem às novas exigências do mercado de trabalho. Nesse cenário, torna-se importante entender como o conceito de 'empregabilidade' passou a se relacionar diretamente com as atividades de qualificação profissional e de valorização da educação básica. (Brasil, MTb/Sefor, 1995).

Segundo Hirata (1997, p. 333), o termo diz respeito à passagem da situação de desemprego para a de emprego, ou seja, concebe a empregabilidade como "a probabilidade de saída do desemprego ou como a capacidade de obter um emprego" (HIRATA apud SHIROMA 1998, p. 01).

Hirata (apud TEIXEIRA, 2003) defende que, é a mutabilidade do mercado de trabalho hodierno que impõe um ritmo de constante desenvolvimento de habilidades

cognitivas e reflexivas, além das capacitações de nível técnico para que o trabalhador se torne e/ou continue empregável. Consoante Teixeira (2003, p.07) :

No conceito de empregabilidade está implícita a tendência de eximir o Estado do seu dever em relação ao direito do cidadão ao trabalho, de caráter público e político, e repassar tal dever aos indivíduos, considerados isoladamente, tornando esse dever, deste modo, uma questão privada, pessoal. Assim, a —empregabilidade|| significa o —dever|| de cada indivíduo (que desaparece como cidadão, já que, no conceito de cidadania, há a dimensão do coletivo, do público) de encontrar seu próprio trabalho no mercado capitalista.

É possível concluir, então, que empregabilidade pode ser traduzida na capacidade de inserir-se ou recolocar-se no mercado de trabalho, que está constantemente mudando e nele continuar, tendo também como característica responsabilizar o indivíduo pela sua inclusão no mercado de trabalho, sendo de sua responsabilidade se cair no desemprego.

A precarização do trabalho no Brasil tem sido vista, visando destacar as alterações no mercado de trabalho como o crescimento da informalidade, de formas flexíveis de contratação, e do desemprego em determinados setores e ocupações, bem como suas implicações para o trabalhador. Pochmann (2001), acredita que a terceirização e a flexibilização da economia são responsáveis por causar fortes impactos no mercado de trabalho em todo o Brasil. Segundo ele, o que se tem percebido no Brasil é a presença simultânea e combinada do desemprego aberto em larga escala, do desassalariamento e da geração de postos de trabalho precários.

De um modo geral, a diferença entre a “formalidade” e a “informalidade” do trabalho remete aos aspectos da legalização e formalização dos direitos trabalhistas, sem levar em conta o grau de precarização do trabalho. Sobre esse tema, Noronha(2003,p.112) defende que:

[...] apresenta-se o argumento da existência de três grandes matrizes de abordagem do tema: (1) os economistas, com a oposição formal/’informal’; (2) os juristas, com a oposição legal/ilegal; e (3) o senso comum com a oposição justo/injusto. Eficiência, legalidade e legitimidade são três dimensões subjacentes a esses princípios constitutivos do contrato.

Existem diversos conceitos sobre o que seria o trabalho formal e o informal, sem, no entanto, existir consenso entre as abordagens existentes -econômica, jurídica e popular. Noronha (2003, p.115) segue dizendo:

[...] a certa abordagem econômica que vinculava a “informalidade” (ou melhor, o subemprego) a atividades periféricas não rentáveis. Contudo, o uso coloquial do termo no Brasil está ligado à legislação: o trabalho é formal

se, e somente se, o trabalhador possui carteira de trabalho assinada ou registro de autônomo ou, ainda, *status* de empregador.

[.....]

A primeira é justamente a interpretação econômica. Contrastando-a, juízes e procuradores, por seu próprio *ethos* profissional classificam como ilegal a maior parte das situações entendidas como “informal” pelos economistas. Sob a influência de ambos (bem como dos institutos de pesquisa) a população tende a identificar “informal” com a ausência de carteira de trabalho e, em decorrência, com ‘injusto’.

Verifica-se, pois, que o referido autor identifica três correntes distintas que conceituam o trabalho formal e o informal. A primeira é composta por economistas, que concebem o trabalho informal como toda atividade que não auferir rentabilidade, ou seja, o subemprego; já para os juristas, o que existe é o trabalho legal, consoante à lei e registrado em carteira de trabalho, seguindo as regras da CLT, e o ilegal, que seria o não estabelecido e acordado mediante as regras legais, onde não há a carteira assinada; por último, temos a compreensão da população como um todo, que entende o trabalho informal como algo injusto, devido a ausência de carteira de trabalho assinada.

Outro conceito bastante utilizado e aceito é o proposto pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), que em 1972 fez a primeira referência ao termo em uma pesquisa sobre a África. Para esse Organismo o setor informal é:

[...] um fenômeno típico de países subdesenvolvidos, nos quais o avanço das relações mercantis modernas não havia sido capaz de incorporar expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência (OIT, 1972).

Conforme o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (Prealc) da OIT, o setor informal é integrado por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que evoluem fora do espaço normativo oficial, e mercados desregulamentados e competitivos, no qual não é possível diferenciar capital e trabalho. Tais atividades usam pouco capital, técnicas simples e mão de obra com pouca qualificação, que possibilitam o emprego instável de menor produtividade e baixa renda. Os primórdios do trabalho informal na América Latina e no Caribe são definidos por Jakobsen (2000) através de três óticas:

1. A primeira diz respeito à intensa migração de trabalhadores do campo para a cidade após a Segunda Guerra Mundial, devido às transformações nos retrógrados meios de produção agrícolas, que causou a dispensa de mão de obra neste setor,

sendo que o setor industrial urbano não conseguiu ofertar empregos suficientes e bem remunerados a todos. Esse fato fez surgir um excedente de mão de obra, formado por esses migrantes, que acabaram, para sobreviver, criando formas próprias de trabalhar;

2. A segunda, segundo estudos da Prealc/OIT com uma ideia formada por economistas liberais, liga a informalidade à exagerada regulamentação da economia pelo Estado;

3. Por último, temos a visão “estruturalista”, para a qual o surgimento do trabalho informal estaria relacionada, em parte, às maneiras alternativas de trabalho utilizadas pelas grandes empresas formais, como o trabalho em tempo parcial ou casual, os contratos de prestação de serviços e a subcontratação para pequenas e desregulamentadas empresas terceiras de produção de bens e serviços (THEODORO, 2000; JAKOBSEN, 2000).

Outra definição de produção informal é dada por Cacciamali (1983, p.03), segundo o qual essa se dá do seguinte modo:

I-o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho /ou de estoque de bens para a realização de seu trabalho e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado; II) ele emprega a si mesmo e pode lançar mão do trabalho familiar ou de ajudantes; III) o produtor direto vende seus serviços ou mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para o consumo individual e familiar e para a manutenção da atividade econômica; IV) a atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesma fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitiva; V) nesta forma de produzir não existe vínculo impessoal e meramente de mercado; VI) o trabalho pode ser fragmentado em tarefas.

Percebe-se que nessa nova concepção, o indivíduo é ao mesmo tempo patrão e empregado, podendo utilizar a mão de obra de familiares ou ajudantes, não possuindo o caráter competitivo das empresas formais, sem exigência de taxa de retorno e sem os encargos que as possuem para se manter.

Sob a visão do trabalhador, temos que, segundo Singer e Pochmann (2001), a noção de mercado informal tem sido compreendida em relação à parcela da população que está desempregada e que se coloca como população excedente.

Singer (1998) afirma que tanto a crescente informatização, quanto a terceirização são tendências mundiais e são resultados do sólido processo de abertura das economias nacionais à competição internacional, bem como da transformação nas formas e conteúdos do trabalho proporcionados pelas novas tecnologias, gerando, como consequência, a redução do emprego formal no Brasil,

enquanto o emprego informal e o trabalho autônomo aumentaram o seu ritmo de crescimento.

Entretanto, não são todas as ocupações informais que são formas de trabalho precário, sem qualidade. Existe um aumento contínuo do trabalho, fato esse que dá uma nova proporção ao setor informal. Se tirarmos da contagem dos trabalhadores informais aqueles que são autônomos, que recebem mais de cinco salários mínimos por mês, perceberemos que o nível de informalidade irá se estabilizar. Assim, a parcela dos trabalhadores que trabalham por conta própria não deve ser contabilizada aos que possuem uma ocupação de baixa qualidade, pois são detentores do capital humano e dos instrumentos de trabalho que fazem crescer a sua produtividade e rendimentos. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1999)

É possível considerar o trabalho informal como aquele ligado a estabelecimentos de natureza não tipicamente capitalista, uma vez que estes se diferenciam pelos menores níveis de produtividade e pela pouca diferenciação entre capital e trabalho. A base é formada pelos trabalhadores por conta própria, incluindo também os empregadores e empregados de pequenas empresas com baixos níveis de produtividade.

Sob esse prisma, o trabalho informal não é entendido pela obediência ou não à legislação e sim segundo a dinâmica econômica das unidades produtivas. Devido a isso é que o trabalho informal muitas vezes é visto como um setor desorganizado, não estruturado. Contudo, o trabalho informal tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência diante da perda de uma ocupação formal, como pode ser uma alternativa para alguns trabalhadores que preferem ter o seu "próprio negócio".

Consoante esta segunda perspectiva, a capacidade de geração de renda do trabalho informal é definida pela expansão do setor capitalista da economia, o qual gera demanda por bens e serviços. O trabalho informal pode estar vinculado tanto às cadeias produtivas das empresas capitalistas – por exemplo, uma costureira que produz para uma grande empresa de confecção – ou ao poder de consumo dos trabalhadores formais – por exemplo, uma doceira que faz bolos e doces por encomenda.

O processo de expansão do mercado informal de trabalho está relacionado a dois aspectos. O primeiro diz respeito à reorganização do trabalho assalariado, ou seja, das novas formas assumidas pelas relações de trabalho no campo das formas

de organização da produção e do mercado de trabalho formal da economia. O segundo aborda o autoemprego e outras formas de conseguir o sustento, formada pelos trabalhadores que tem dificuldades de voltarem ao emprego ou de ingressar no mercado de trabalho, assim como as pessoas que trabalhando de maneira autônoma anseiam por ter uma renda, fundando seu próprio emprego, sendo seu empregado e empregador.

Segundo dados do IBGE⁵-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- a situação da informalidade atualmente é a seguinte:

Entre 2001 e 2011, a proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais, aumentou de 45,3% para 56,0%. Entre as mulheres, a formalidade cresceu de 43,2% para 54,8%. Entretanto, o país registra, ainda, um contingente significativo de mão de obra em trabalhos informais: 44,2 milhões de pessoas. A informalidade é uma característica da população idosa com 60 anos ou mais (71,7%) e da população jovem de 16 a 24 anos (46,5%). Ressalta-se, porém, que os jovens de 16 a 24 anos foram os que mais aumentaram o grau de formalização no mercado de trabalho, principalmente entre 2006 e 2011 (de 40,8% para 53,5%). A população mais escolarizada tendia a estar inserida em trabalhos mais formalizados. Em 2011, a média de anos de estudo da população em trabalhos formais era de 9,2 anos para os homens e de 10,7 anos para as mulheres. Nos trabalhos informais, essa média era 6,1 e 7,3 anos, respectivamente.

Nota-se que, atualmente, o país vem passando por um momento de redução dos empregos informais, devido ao aumento considerável do número de trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho formal, sendo que quanto maior a escolaridade da pessoa, mais chances ela tem de ter um trabalho formal (na perspectiva de carteira de trabalho assinada), enquanto que nos trabalhos informais foi constatado um grande número de pessoas com escolaridade reduzida, com menos anos de estudo.

No que tange ao trabalho feminino no Brasil, no início dos anos 1970 e na primeira metade dos anos 80, a proporção de mulheres ativas aumentou de maneira contínua (LAVINAS, 1997, 1999; BRUSCHINI et al., 2002).

Ao longo da história, houve o aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, causado por várias mudanças na economia mundial no final do século XX, que causaram grandes impactos sobre as relações de comércio, de produção e de trabalho. No Brasil, temos que a progressiva urbanização e expansão

⁵ Dados obtidos no sítio

<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2268>

da industrialização tornaram o ambiente apto à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, incluindo o sexo feminino. (VIEIRA, 2006, p.12).

É interessante observar que, ao se analisar o mercado de trabalho no Brasil, tem-se que considerar a crescente participação das mulheres na atividade econômica, que vem acontecendo desde o final da década de 60, simultaneamente com o declínio das taxas de fecundidade.

A exclusão da mulher no mercado de trabalho pode ser observada desde a sociedade do pós-guerra, onde o trabalho assalariado era eminentemente masculino, sendo que as famílias eram nucleares e o papel das mulheres na estruturação desse tipo de família era o principal.

No modelo de sociedade desse período, havia a separação do trabalho doméstico reprodutivo daquele fora do ambiente doméstico por remuneração, sendo que as mulheres eram confinadas ao trabalho doméstico e, se tivessem um trabalho fora de casa, eram também destinadas a alguns poucos tipos de trabalho.

A mulher vem conseguindo êxito no crescimento de sua participação na no mundo do trabalho, ainda que, muitas vezes, isto seja sinônimo de uma dupla jornada de trabalho, uma vez que muitas mulheres ainda continuam responsáveis pelos afazeres domésticos. No Brasil tem havido o aumento, principalmente, da participação das mulheres casadas e com filhos. Tal aumento, iniciado com as mulheres de famílias de maior poder aquisitivo, vem se propagando os demais níveis da sociedade (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Conforme os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PEA), realizada pelo IBGE⁶, temos a seguinte configuração atual em relação a participação da mulher no mercado de trabalho no país:

Em 2011, as mulheres eram maioria na população de 10 anos ou mais de idade (PIA), cerca de (53,7%). Contudo, eram minoria (45,4%) na população ocupada (PO). Essa estrutura distributiva reflete-se no nível de ocupação, relação que mostra o contingente de ocupados em relação ao total da PIA. Para as mulheres, esse indicador foi de 40,5% em 2003 passando para 45,3% em 2011. Entre os homens, esse percentual era de 60,8%, passando para 63,4%. A partir dessa evolução, percebe-se o maior crescimento do nível de ocupação das mulheres, vis à vis ao dos homens, ainda que em patamar bem inferior ao dos homens. Em média, elas totalizavam 11,0 milhões de pessoas na força de trabalho, sendo, 10,2 milhões ocupadas e 825 mil desocupadas. Na inatividade, o contingente feminino era de 11,5 milhões de pessoas. Na comparação com 2003, o crescimento da

⁶ Disponível em: www.ibge.gov.br

participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA) foi de 1,8 ponto percentual (de 44,4% para 46,1%), No mesmo período, a proporção de mulheres na população desocupada e na população ocupada tiveram elevação de, respectivamente, 3,3 e 2,4 pontos percentuais.

Apesar de ter ocorrido um aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, as desigualdades entre homens e mulheres ainda existem. Observa-se, a partir dos dados transcritos, que os homens são maioria na população economicamente ativa e na população ocupada, enquanto as mulheres continuam sendo a maioria, embora tenha havido uma redução de 2003 a 2011, na população não economicamente ativa e desocupada. Já em relação ao tipo de atividade econômica desenvolvida, temos, segundo a mesma pesquisa, o seguinte:

O crescimento da população ocupada nos serviços prestados à empresas refletiu-se no crescimento da presença de homens e mulheres nessa atividade. De 2003 para 2011, o crescimento foi de 3,2 pontos percentuais (de 11,6% para 14,9%) entre as mulheres e de 2,3 pontos percentuais entre os homens (de 14,8% para 17,0%). Nos outros serviços, as mulheres também apresentaram crescimento no período: 1,2 ponto percentual (de 15,1% para 16,2%), contra 0,38 ponto percentual (de 18,6% para 19,0% dos homens). O predomínio da presença feminina na administração pública manteve-se estável nesses 8 anos, seguido pela a ocupação das mulheres no comércio. Por outro lado, caiu o percentual de mulheres ocupadas nos serviços domésticos, de 16,7% para 14,5%: queda de 2,2 pontos percentuais. Em 2003, dos homens ocupados, 21,9% estavam no comércio, caindo para 19,6% em 2011. A população ocupada masculina manteve-se praticamente estável na indústria e nos outros serviços.

Consoante esses dados, nota-se que, embora tenha tido um aumento da participação de mulheres nas mais variadas atividades econômicas, ainda há uma grande disparidade entre os tipos de ocupações destinadas aos homens daquelas destinadas as mulheres.

É evidente que o gênero marca, em geral, as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho, existindo restrições às mulheres para ocupar certos postos de trabalho que são vistos, pelo mercado, como masculinos, limitando suas possibilidades de mobilidade e reforçando a desigualdade de remunerações entre homens e mulheres. Para Abramo (2004), a separação das ocupações por critérios de gênero é uma das formas mais claras da discriminação, que está relacionada a construções culturais e sociais que atribuem lugares e valores diferenciados ao trabalho realizado por homens e mulheres.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A POLÍTICA PÚBLICA MULHERES MIL

3.1 A educação profissional no Brasil, no Maranhão e no Instituto Federal do Maranhão

A educação profissional, técnica e tecnológica no país remonta a um passado distante, onde os artesãos foram os primeiros a serem alunos de cursos técnicos. Nos dias de hoje, a educação técnica e tecnológica foi difundida para todos os ramos e classes sociais, atingindo um público de faixa etária variada e que busca diferentes níveis de educação, que pode ser da técnica de nível médio à educação superior.

Nesse contexto, de necessidade de oferta de cursos que visavam à educação profissional, surgiram as escolas de aprendizes artífices, que posteriormente, com a evolução da sociedade e mudança de objetivos e interesses do governo brasileiro no que tange à educação, viraram os atuais Institutos Federais de Educação.

A história da educação profissional no Brasil tem registros datados de 1800, quando se passou a utilizar o modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros. As crianças e os jovens, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, D. João VI criou o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento público, que visou atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

Nilo Peçanha foi quem de fato deu início ao ensino técnico, no Brasil, por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, que criou quatro escolas profissionais no Rio de Janeiro, a saber: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola.

Em 1906, houve a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, devido à realização de algumas ações, tais como a realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, sendo que o projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.

Nesse mesmo ano, a Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

Em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assinou, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, dezenove “*Escolas de Aprendizizes Artífices*”, voltadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

O Congresso Nacional sancionou em 1927 o Projeto de Fidélis Reis que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país. Com a criação, em 14 de novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que era responsável por supervisionar as Escolas de Aprendizizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura, e foi essa inspeção que virou, em 1934, a Superintendência do Ensino Profissional. Em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 que transformava as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional.

Em 1941 foram editadas várias leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que foi responsável pela transformação do ensino no país, e teve como principais aspectos: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria.

O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transformou as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Nesse ano teve início o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, pois os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) no ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias. Com a

denominação de Escolas Técnicas Federais. As instituições passaram a ter autonomia didática e de gestão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornou, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau.

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Tal transformação possibilitou às instituições formar engenheiros de operação e tecnólogos

A Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passou a tratar sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394, que tratava sobre a Educação Profissional em um capítulo separado da Educação Básica. O Decreto 2.208/1997 regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Em 1999, foi retomado processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978. De 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades. O Decreto 5.154/2004 possibilitou a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.

Com a lei Lei 11.195/2005, ocorre o início da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Nesse mesmo ano, houve a transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

Em 2006, com o Decreto 5.840, foi criado, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena. Ainda em 2006 foi editado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições públicas e privadas.

Em 2007 aconteceu o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que visou entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, que tem a meta de até o final de 2010, prevalecer em todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, em consonância com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

A educação profissional no Maranhão teve início em 1909, quando o presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, incluindo o referido Estado. Essas escolas passaram a funcionar em 1910, sendo o primeiro Diretor o Dr. Jorge Tebiriçá de Oliveira. Em 1937, movido pelas mudanças constitucionais, que passou a tratar do ensino técnico, a **Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão** foi transformada em **Liceu Industrial de São Luís**, funcionando no bairro do Diamante.

Um ano antes, em 1936, foi iniciada a construção do prédio que hoje abriga o **Campus São Luís - Monte Castelo** do Instituto Federal do Maranhão (antigo CEFET-MA). Em 30 de janeiro de 1942, com a edição do Decreto-lei n.º 4.073, que instituiu a **Lei Orgânica do Ensino Industrial**, foram criadas as **Escolas Técnicas Industriais**. Ainda nesse ano, por meio do Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro, foi instalada a **Rede de Escolas Técnicas Federais** fazendo com que o então **Liceu Industrial de São Luís** passasse a ser a **Escola Técnica Federal de São Luís** sendo que esta denominação permaneceu até 1965.

Por meio da Portaria n.º 239/65, seguindo o que dispunha a Lei n.º 4.795, de 20 de agosto do mesmo ano, a **Escola Técnica Federal de São Luís** passou a se chamar Escola Técnica Federal do Maranhão. Por meio da Lei n.º 7.863/89, criou-se o **Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão**, elevando-o à competência para ministrar, também, cursos de graduação e de pós-graduação.

Houve a ampliação do Órgão no Estado, com a criação da **Unidade de Ensino Descentralizada em Imperatriz** (UNED), cujos primeiros cursos foram implantados em 1987, A UNED-Imperatriz, agora **Campus Imperatriz**.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, com sede em São Luís, foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das

Mangabeiras, sendo uma Autarquia com atuação no Estado do Maranhão, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Com o advento da lei nº 11.892/2008, foi instituído, em âmbito federal, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que é vinculado ao Ministério da Educação. Conforme dispõe em seu art.1º

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

As instituições que compõem essa rede possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, ou seja, são mais independentes do que os antigos CEFETs. A criação da rede federal provocou o aumento da estrutura de ensino técnico e tecnológico, bem como do número de alunos atendidos e de funcionários admitidos. A oferta de cursos também sofreu um considerável acréscimo, o que vem contribuindo para a expansão do ensino.

Segundo o art.6º da referida lei:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica

[...]

A transformação de Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para a atual estrutura possibilitou a maior oferta de cursos superiores e de pós-graduação, bem como mestrado e doutorado, além de incentivar a produção

científica, sem, no entanto, olvidar de oferecer e promover a integração do ensino técnico com o ensino médio normal, que continua a ser ofertado.

Outro aspecto importante que foi alterado, nessa nova organização, foi a criação dos *campi* e da reitoria, órgãos não existentes anteriormente, quando da existência dos Centros. Assim, observou-se uma maior autonomia dos *campi*, que passaram a executar suas finanças, a fazer o controle de suas operações e processos, bem como responsável pela criação, implementação e acompanhamento dos cursos de sua alçada.

Em 2008 o então CEFET-MA aderiu à Rede Federal de Educação recém-criada, transformando-se em Instituto Federal do Maranhão, que passou a vigorar, efetivamente em meados de 2009, quando houve a criação da reitoria e aprovação do seu Estatuto.

Já em 2010, iniciou-se a descentralização, o que gerou a criação de novos *campi*, que passaram a ser autônomos, ou seja, não mais ficariam a cargo de uma administração central os assuntos administrativos, financeiros e pedagógicos de cada campus. No que tange à seleção e admissão de pessoal, este processo continua uno e central.

O IFMA possui, atualmente, 18 *campi*, espalhados por todo o Estado do Maranhão, sendo ainda possível a criação de mais unidades, de acordo com a demanda de alunos e cursos de cada localidade. É regido pelos seguintes instrumentos normativos:

- Estatuto
- Regimento Geral
- Plano de Desenvolvimento Institucional
- Resoluções dos órgãos colegiados de deliberação superior
- Atos da Reitoria e
- Regimentos específicos das unidades.

Passou a ser equiparado, assim, às universidades federais, devido a sua nova estrutura, que ganhou dimensões maiores e maior autonomia, bem como detentor de maior poder decisório e aumento de recursos financeiros destinados ao seu funcionamento. Conforme o seu Estatuto:

Art. 2º O Instituto Federal do Maranhão é instituição pública de educação superior, básica e profissional, **pluricurricular** e **multicampi**, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos humanísticos,

técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei.

§ 1º O Instituto Federal do Maranhão tem os seguintes domicílios:

- a) Reitoria;
- b) Campus Açailândia;
- c) Campus Alcântara;
- d) Campus Bacabal;
- e) Campus Barreirinhas;
- f) Campus Barra do Corda;
- g) Campus Buriticupu;
- h) Campus Caxias;
- i) Campus Codó;
- j) Campus Imperatriz;
- k) Campus Pinheiro;
- l) Campus Santa Inês;
- m) Campus São João dos Patos;
- n) Campus São Luis - Centro Histórico;
- o) Campus São Luis - Maracanã;
- p) Campus São Luis - Monte Castelo;
- q) Campus São Raimundo das Mangabeiras
- r) Campus Timon, e
- s) Campus Zé Doca.

§ 2º Outros *Campi* e núcleos avançados poderão ser criados, segundo critérios de demanda social das várias micro-regiões maranhenses e em conformidade com a legislação vigente.

O Instituto, na sua atual composição, apresentou a necessidade de aumentar o seu quadro de servidores, a fim de melhor atender a sociedade. Assim, tem-se realizados concursos públicos para a carreira de magistério e para a de técnicos administrativos, possibilitando que pessoas qualificadas ingressem no quadro efetivo de funcionários do IFMA.

A educação profissional e tecnológica tem um valor estratégico para o desenvolvimento nacional, resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, que passou a ter uma visibilidade social maior com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em andamento, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino, buscando atender o maior e mais diversificado contingente humano, nas modalidades de ensino presencial, semipresencial e à distância.

É importante destacar que as unidades que formam a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvem projetos de intercâmbio internacional nos países que integram o **MERCOSUL**, a Comunidade de Língua Portuguesa – **CPLP**, e outros países, como o Canadá.

O IFMA também apresenta tal intercâmbio, através de auxílios financeiros a alunos e professores que participam de congressos, feiras e eventos de cunho científico e profissional, em âmbito internacional, como forma de propiciar a integração e o desenvolvimento de pesquisadores locais com outros de diversas nacionalidades e regiões.

A maior parte dessas parcerias também busca desenvolver projetos de inclusão social da comunidade com a qual o campus do IFMA esteja envolvido, caracterizando, assim, o compromisso com a extensão acadêmica.

Outro ponto é importante a ser destacado é o desenvolvimento e aproveitamento da mão-de-obra qualificada pelo Instituto, como estagiários ou, posteriormente, funcionários, em empresas de grande porte e reconhecidas nacional e internacionalmente, como a PETROBRÁS, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Companhia Vale, Grupo Votorantim, dentre outras grandes empresas, assim como em outras de pequeno ou médio porte, o que deixa claro a busca de parceria entre o Instituto e as empresas, buscando inserir os alunos egressos dos seus *campi* no mercado de trabalho, de forma a torná-los profissionais de sucesso e reconhecidos, fazendo com que a imagem e a credibilidade do IFMA cresçam perante a comunidade e o setor produtivo.

No que tange à sua estrutura educacional, conforme o seu regimento geral tem-se que:

Art. 132. O Ensino de Graduação e Educação Profissional compreende os cursos:
I. Técnicos de Nível Médio; e
II. Graduação, nas modalidades de Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologia.

As atividades educacionais do Instituto Federal do Maranhão, de forma a ter a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, consistem nos sistemas de ensino, da pesquisa, inovação e da extensão, em consonância com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em conexão com o mercado de trabalho e a comunidade, enfatizando a produção, desenvolvimento, difusão e aplicação de conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos.

Percebe-se que o Instituto não mais apresenta só a educação técnica de nível médio, como também oferece cursos superiores e de pós-graduação, fato esse não existente quando era um Centro Tecnológico - CEFET. Atualmente o processo seletivo é unificado, sendo que no ano de 2010 o IFMA optou, para ingresso nos

cursos superiores, da avaliação por meio do ENEM, preenchendo todas as vagas disponibilizadas, na capital e no interior.

Os cursos técnicos de nível médio são ofertados, sendo bastante concorridos, podendo o candidato optar pela modalidade integrada e subsequente e também deve passar por um processo seletivo, por meio da realização de provas.

Os alunos e corpo docente do IFMA contam com o apoio educacional e financeiro do instituto para a elaboração e desenvolvimento de projetos e trabalhos científicos e tecnológicos, com o intuito de proporcionar à sociedade, acadêmica e a comunidade como um todo, o melhor da produção científica elaborada por pessoas provenientes da instituição. Para tanto, o IFMA fornece ajuda de custo, auxílios financeiros, bem como de recursos físicos, técnicos e educacionais para que os estudantes e pesquisadores desenvolvam suas pesquisas, de forma a auxiliar o desenvolvimento do país.

O Instituto também desenvolve projetos que buscam o desenvolvimento da sociedade, como ocorre com o Mulheres Mil, que começou como um projeto e vem conquistando cada vez mais adeptos e aprovação, onde as mulheres participantes têm mini-cursos de várias áreas diferentes, de forma a terem como desenvolver uma profissão, e principalmente, serem empreendedoras. Tal política é pioneira no Maranhão e tem beneficiado moradoras da periferia em situação de risco social, garantindo a elas formação nas áreas de manipulação e preparo de alimentos e artesanato.

Desde 2008, início da expansão da rede federal, o MEC tem traçado novas diretrizes e orientações para formação cidadã, trabalhar com arranjos produtivos locais e para internacionalização dos institutos, sendo que o Mulheres Mil é uma experiência bem sucedida, levando-se em consideração a perspectiva de inserção social e profissional. No Maranhão, o projeto iniciou sob coordenação da professora Tereza Fabbro e tem alcançado resultados positivos.

Verifica-se que o processo de descentralização vem proporcionando cada vez mais autonomia para os *campi*, e melhoria na gestão dos recursos financeiros e humanos, uma vez que há maior facilidade de controle das finanças e acompanhamento do desempenho dos servidores, que são continuamente capacitados e estimulados a desenvolverem as suas habilidades, bem como proporcionam um *feedback* à instituição, propondo soluções, apontando falhas a

serem corrigidas, enfatizando os pontos fortes, eliminando o desperdício e aumento a sua produtividade.

O IFMA poderá contribuir para o cumprimento das metas na área de educação, uma vez que vive um processo de expansão que resultará na presença do Instituto em 18 campi diferentes, além dos pólos de educação à distância, o que elevará a escolaridade dos maranhenses e garantirá aos formandos maiores chances de conquistar uma vaga no mercado de trabalho.

Além dos cursos técnicos e superiores, são oferecidos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como o Proeja, que atende às pessoas que estão fora da idade escolar, melhorando a empregabilidade e a renda destas.

A explanação realizada foi importante para conhecer mais sobre a história, evolução e importância da educação profissional, técnica e tecnológica no Brasil e no Maranhão, bem como da criação e estabelecimento do que hoje são os Institutos Federais, e em particular, do Instituto Federal do Maranhão.

Observou-se que, embora tenha sido criado, primeiramente, com o intuito de oferecer uma educação profissional para a camada da população de baixa renda, o ensino técnico e tecnológico, com o passar do tempo, passou a ser oferecido a sociedade como um todo, independente de classe social.

3.2 A política pública Mulheres Mil no IFMA

O Projeto Mulheres Mil foi desenvolvido a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro em busca da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero. Teve como base os acordos bilaterais de cooperação internacional entre Brasil e Canadá, iniciando em 2007, ainda como Projeto Mulheres Mil. O acordo bilateral internacional tinha o Brasil, de um lado, através do governo brasileiro representado pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC, e, pelo outro estava o Canadá que tinha, como representante do governo canadense a Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional - CIDA.

No âmbito da execução financeira e articulação entre os executores nos centros educacionais no Brasil, houve a participação do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CONCEFET, atualmente Conselho de Dirigentes da Rede Federal - CONIF, e, pelo lado canadense a Associação das

Faculdades Comunitárias Canadenses, Association of Canadian Community Colleges - ACCC.

Porém, há registros da articulação inicial para implementar o projeto Mulheres mil anterior a 2007, que é o marco inicial do projeto. Em março de 2005 houve a primeira reunião técnica, entre 5 (cinco) estados brasileiros, 3 (três) do Nordeste e 2 (dois) do norte do Brasil, e os órgãos responsáveis pelo acordo bilateral, com a finalidade de repassar o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito pela metodologia Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia - ARAP, além de propor a execução de Projetos Pilotos com etapas diferenciadas para cada Estado. Dessa forma, entre outubro de 2005 e março de 2006 aproximadamente 50 (cinquenta) mulheres foram envolvidas nos projetos pilotos com a execução de etapas diferenciadas da referida metodologia para cada um dos estados participantes.

O projeto teve início em 2007, com o objetivo de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas do nordeste e norte brasileiro, permitindo-lhes melhorar o seu potencial de mão-de-obra, suas vidas e as vidas de suas famílias e comunidades. Sua estrutura foi criada em torno dos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.

Inicialmente foram ofertados cursos de formação profissional personalizados, que tiveram como temas como direitos e saúde da mulher, relações interpessoais, inclusão digital, entre outros, o projeto buscou o processo de emancipação dessas mulheres em busca do desenvolvimento de suas comunidades.

Durante o período piloto, de 2007 a 2010, onde foi aplicado em 13 (treze) estados brasileiros, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) desenvolveram e promoveram cursos de formação profissional, nos quais foram considerados os saberes adquiridos pelas educandas no decorrer das experiências de vida e a vocação econômica da região.

A metodologia utilizada Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, desenvolvida para acolher mulheres que se encontram em diversos contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade social e incluí-las no processo educacional e no mundo do trabalho .

Os Institutos Federais que aplicaram o projeto Mulheres Mil tiveram que ir às comunidades sensibilizar as mulheres, realizar processos de seleção e ofertar cursos que atendessem às especificidades do público. Para tanto, foi necessário

articular todos os setores das escolas da rede federal para garantir o acolhimento, o acesso, a regularização da matrícula, a formatação da matriz curricular, a celebração de parcerias, a permanência em sala de aula e a articulação com o mundo do trabalho, sendo que cada IF teve que criar ferramentas apropriadas à realidade socioeconômica das alunas.

O projeto Mulheres Mil foi implantado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e contou com a parceria da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e da Associação dos Colleges Comunitários do Canadá (ACCC) e *Colleges* parceiros. A execução foi realizada pelos Institutos Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins, inicialmente.

O Mulheres Mil tem um corte de gênero e foi iniciado nas regiões Norte e Nordeste, porque nessas regiões se localizam os maiores índices de exclusão social em nosso país, e também porque no primeiro momento não tinha como estendê-lo a todo o território nacional.

O objetivo principal do Projeto Mulheres Mil foi o de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas no nordeste e norte de Brasil, permitindo-lhes melhorar o seu potencial de mão-de-obra, suas vidas e as vidas de suas famílias e comunidades.

O propósito do projeto foi o de contribuir com o desenvolvimento da competência da rede CEFET no nordeste e norte de Brasil visando desenvolver as ferramentas, técnicas e currículo para oferecer, em um período de quatro anos, à um mínimo de 1000 mulheres desfavorecidas os serviços de acesso, capacitação e relações com empregadores.

Visando esse propósito, várias atividades foram realizadas através de uma parceria cooperativa entre o sistema de faculdades e institutos canadenses, representadas pela Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC) e pela contraparte brasileira a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

As atividades incluíram: o desenvolvimento dos sistemas, infra-estruturas, políticas e procedimentos a fim de ofertar serviços de acesso (processos de busca e ingresso, aconselhamento, avaliações) para a população alvo de mulheres desfavorecidas; a personalização e implementação das ferramentas e técnicas ARAP (avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia); o desenvolvimento ou personalização de ferramentas de avaliação vocacionais/profissionais apropriadas para identificar conhecimento, habilidades e “hiatos de habilidades” para o grupo alvo; o desenvolvimento e oferta de um “programa de acesso” genérico e de uma variedade de programas de capacitação personalizados para o setor específico; e o desenvolvimento dos sistemas e ferramentas para os CEFETs se relacionarem com a comunidade de empregadores e proporcionar às mulheres desfavorecidas estágios e colocação no mercado de trabalho.

As atividades desenvolvidas buscaram desenvolver um sistema sustentável com o passar do tempo. O Projeto Mulheres Mil procurou desenvolver uma estrutura, modelos, práticas, ferramentas e técnicas que criariam um sistema de acesso e capacitação sustentável e efetivo para adultos.

Os CEFETs se comprometeram com a implementação e continuidade deste sistema para populações marginalizadas, mesmo o sistema e as ferramentas também beneficiarem outros. A experiência canadense durante os últimos 20 anos nas faculdades e institutos tem mostrado que um sistema efetivo de acesso e capacitação para grupos marginalizados ou não-tradicionais beneficia uma comunidade mais ampla.

O projeto buscou atender aos objetivos do *Knowledge Exchange for Equity Promotion (KEEP)* / Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade, tendo que proporcionar resultados positivos a todos os três níveis de concentração do programa (setorial, regional e institucional). O projeto proposto teve como enfoque claro a equidade de gênero para o acesso à educação e mão de obra e o resultado maior de tal acesso em melhorias para vida familiar e o desenvolvimento econômico regional e nacional e maior participação de mulheres desfavorecidas no processo político.

O projeto visou atender o objetivo global da inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas através do desenvolvimento de competência no nível “institucional” da rede CEFET. Os CEFETs, semelhantes às faculdades canadenses, eram as instituições mais apropriadas e sustentáveis para desenvolver e

implementar programas de suporte e capacitação para preparar e auxiliar as mulheres desfavorecidas à fazer parte da mão de obra formal.

Ao longo do projeto, as equipes canadenses e brasileiras co-desenvolveram os sistemas apropriados para os CEFETs, desenvolvendo ou personalizando modelos canadenses apropriados e as melhores práticas em serviços de acesso, avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia e programas personalizados de capacitação à curto prazo.

Além dos benefícios do trabalho internacional e desenvolvimento da parceria, o projeto buscou testar uma variedade de modelos educacionais no Brasil (ARAP, por exemplo) com um desafiante grupo alvo de mulheres desfavorecidas, uma área onde está faltando pesquisa. As faculdades canadenses puderam usar as lições aprendidas para melhorar os seus próprios sistemas e práticas em atender este grupo alvo.

Ao fim do projeto, esperou-se que mais de 1000 mulheres desfavorecidas conseguissem um objetivo de emprego; de 10 a 15 CEFETs no nordeste e norte do Brasil teriam sistemas sustentáveis para ofertar serviços de acesso, capacitação genérica e personalizada (por exemplo, hospitalidade, processamento de alimentos) às mulheres desfavorecidas; e a relação fortalecida entre as faculdades canadenses e as instituições brasileiras aumentaria as relações globais entre os dois países.

O período planejado do projeto foi de setembro de 2006 à agosto de 2010, ou seja, por um período de quatro anos após a aprovação do projeto. O projeto também foi inserido nas prioridades das políticas públicas do Governo Brasileiro, articulando as temáticas de promoção de gênero, equidade e diversidade étnica.

As faculdades canadenses têm uma longa e próspera história de serviços e programas de acesso. O acesso é desenvolvido com base nos princípios de educação de adultos, mas também no reconhecimento que os alunos desfavorecidos e não tradicionais exigem serviços educacionais especializados para encorajá-los a ingressar em estabelecimentos de ensino, permanecer em um programa de capacitação e prepará-los efetivamente para um emprego que seja significativo em suas vidas. O modelo do serviço de acesso inclui:

- Serviços e técnicas de busca que atinjam o grupo alvo onde as mulheres vivem ou trabalham e que as encoraje à entrar no mundo do trabalho;
- Serviços de ingresso que sejam confortáveis para estas mulheres, respeitando suas origens e circunstâncias e não-ameaçadores;

- Serviços de consulta e aconselhamento que permitam as mulheres analisar seus objetivos e barreiras de um modo realista;
- Serviços de avaliação que podem identificar e avaliar de forma genérica o conhecimento e as habilidades aprendidas, como também avaliar o conhecimento e habilidades técnicas necessárias a um determinado setor de trabalho ou emprego;
- Serviços de encaminhamento e acompanhamento durante e após a capacitação das mulheres desfavorecidas, assegurando que elas alcancem seus objetivos o quanto possível.

Muitas faculdades e institutos canadenses possuem departamentos ou divisões de acesso que centralizam a infra-estrutura e os serviços de acesso e este é o modelo departamental que será personalizado e implementado neste projeto. O *Niagara College*, *Bow Valley College* e *Nova Scotia Community College* foram as principais faculdades utilizadas como modelos para os sistemas de acesso.

O Sistema de acesso dá oportunidade a serviços e programas educacionais para os aprendizes não-tradicionais. O Arap (Avaliação e Reconhecimento de aprendizagem Prévia) é uma ferramenta, uma metodologia de identificação e documentação que possibilita aos alunos apresentarem, para reconhecimento, suas habilidades no que concerne aos seus objetivos. É um método que tem um processo razoavelmente padronizado.

O sistema visa a inclusão de pessoas com poucas chances de terem acesso às instituições de ensino através de formas convencionais, a exemplo do vestibular. Assim, a história de vida, as competências, as habilidades, ou seja, todo o conjunto é observado e valorizado para permitir a entrada das pessoas nas instituições de ensino. Há a aplicação de testes básicos a fim de verificar o nível de escolaridade desses futuros alunos.

O método prevê ainda o envolvimento da comunidade para assegurar o sucesso às pessoas participantes. Além de outras formas de incentivo, como a participação em eventos e o apoio de empresários, visando a oferta de vagas, ingressos para atividades culturais e de lazer e verba às estudantes carentes.

Sendo assim, os professores foram capacitados a montar cursos por competências, nos quais foram considerados as aprendizagens não formais dos alunos e as necessidades do mercado para exercer as atividades.

O Modelo de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), seus princípios e práticas sustentam o modelo do serviço de acesso. No Canadá,

mais de 80% das faculdades e institutos possuem políticas ARAP e infra-estrutura de apoio estabelecida.

ARAP pode ser definida como um processo que faz uso de uma variedade de ferramentas para ajudar as pessoas a identificar, articular, documentar e demonstrar aprendizagem com a finalidade de ganhar reconhecimento das instituições educacionais, empregadores ou organizações de credenciamento.

Através do processo ARAP, as mulheres desfavorecidas desse projeto definiram um objetivo de emprego, identificaram e documentaram aprendizagem relevante para aquele objetivo e tiveram essa aprendizagem avaliada e reconhecida por educadores ou empregadores.

O *Niagara College* e cinco CEFETs no nordeste e norte do Brasil completaram com êxito um projeto piloto ARAP entre agosto de 2005 e março de 2006. Os CEFETs participantes tornaram-se os primeiros à adotar o sistema proposto no Brasil. Ao término dos sete meses, estes CEFETs haviam proporcionado serviços de busca para 81 mulheres marginalizadas; 70 mulheres completaram seus portfólios pessoais; 38 concluíram programas de capacitação de curto prazo em hospitalidade; e 29 conseguiram estágios com uma associação de hoteleiros em Natal.

Os objetivos gerais dessa metodologia foram:

- Possibilitar a formação profissional e tecnológica de pessoas desfavorecidas, criando as pontes necessárias para que as mesmas incrementem o seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de vida, das famílias, das suas comunidades e do seu crescimento econômico sustentável para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania.
- Ser instrumento e facilitador no processo de implantação e implementação de programas, projetos e ações de qualificação e formação profissional, estruturação de empreendimentos, desenvolvimento sustentável de comunidades e de populações desfavorecidas e não tradicionais para as instituições.

Já os objetivos específicos eram os seguintes:

Desenvolver e implementar ferramentas e ações efetivamente comunicativas para a difusão, transferência e compartilhamento de conhecimentos entre as IFMA,

Colleges Canadenses, parceiros brasileiros e canadenses, comunidade envolvidas e a sociedade em geral;

- Desenvolver e implantar ferramentas técnicas e instrumentos que irão assegurar a sustentabilidade, a perenidade e a amplitude do projeto;
- Capacitar as equipes multidisciplinares nas metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão social de populações desfavorecidas.
- Estruturação de equipes multidisciplinares;
- Estruturação e documentação do material educacional e promocional gerado e utilizado em todo o processo de desenvolvimento da ação;
- Sistematização de um plano de comunicação e disseminação da informação que leve ao compartilhamento da experiência em todas as suas etapas;
- Estruturar escritório de acesso ao IFMA e ao mundo do trabalho;
- Desenvolver soluções tecnológicas que permitam integrar as informações, medir o desempenho e aperfeiçoar o modelo de gestão dos projetos;
- Desenvolver e implantar o conjunto de serviços de acesso ao IFMA e ao mundo do trabalho e os de permanência na instituição;
- Sistematizar planos educacionais que atendam às necessidades do público-alvo;
- Estruturar um conjunto integrado de condições que possibilite a sustentabilidade do projeto.

O público alvo e seu perfil foi composto por pessoas desfavorecidas nos campos social, educacional e, econômico, residentes em comunidades pobres dos estados das regiões norte e nordeste do Brasil, e que em sua grande maioria possui o seguinte perfil:

- Faixa etária de 18 anos a 60 anos;
- Baixo nível de alfabetização;
- Dificuldade de aprendizagem;
- Pobreza acentuada;

- Condições de moradia precária;
- Baixa auto-estima e sem horizontes de vida;
- Experiências educacionais de vida negativas;
- Histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas;
- Necessidade de acesso aos serviços públicos;
- Fragilidade da estrutura de apoio familiar;
- Desconhecimento dos programas e serviços disponibilizados pelos CEFETes.

Para serem viáveis as várias etapas de estruturação e implementação do sistema e consolidar sua perenidade, tornou-se necessária a construção e institucionalização de uma equipe multidisciplinar formada por servidores das instituições executoras e parceiras e que tinham em seu perfil a visão de abertura ao novo e desafiador espírito solidário e integrador e a determinação em construir uma sociedade mais justa e com equidade.

No início do Mulheres Mil como projeto, em 2009, teve a formação e conclusão da primeira turma do curso de Preparo, conservação e congelamento de alimentos, do Campus Monte Castelo em São Luís(MA).Essa primeira turma teve como público-alvo mulheres de baixa renda e excluídas do mercado de trabalho do bairro Vila Palmeira.

A Vila Palmeira é um dos bairros mais antigos de São Luís. Inicialmente, moravam trabalhadores rurais, descendentes de escravos, entre outros grupos que se encontravam à margem do desenvolvimento urbano. A ocupação do local foi desordenada e houve um inchaço populacional ocasionado pelo êxodo rural, o que levou as famílias a construir suas casas nas margens do rio Anil.

O bairro possui uma parte da comunidade instalada no manguezal do rio, hoje completamente poluído. Várias famílias moram em condições subumanas, em palafitas, construções de madeira sobre a maré, cercadas pelo lixo. Nesse ambiente, encontram-se diversas mulheres que não tiveram oportunidade de estudar, não se capacitaram profissionalmente e tiveram filhos, sendo que a maioria é mãe solteira e mantém suas famílias como diaristas.

Em São Luís, com o nome Alimento da Inclusão, o Instituto Federal do Maranhão ofertou qualificação na área de congelamentos, conservação e manipulação de alimentos para as mulheres desse bairro.A equipe do instituto verificou que, a partir de consulta a supermercados, restaurantes, panificadoras sobre as carências da área, bem como foi considerada a realidade das mulheres,

muitas trabalhavam como diaristas ou empregadas domésticas, algumas vendiam salgados e todas tinham conhecimento na área de alimentos, um curso de qualificação na área de alimentação era a melhor opção para as mulheres do citado bairro.

Com carga horária de 360 horas, as disciplinas teóricas e algumas práticas foram ministradas por professores do IFMA e foi celebrada uma parceria com o Senac, responsável por parte das aulas práticas. No que diz respeito à inserção no mundo do trabalho, o projeto foi apresentado a empresários que passaram a ser empregadores em potencial e também ministraram palestras para que as mulheres conhecessem as necessidades do mercado de trabalho. A responsável pelo projeto em 2009, fez o seguinte depoimento⁷, do qual se destaca:

O projeto me fez desembarcar de uma vez por todas na cidade. Por meio dele, descobri outros lugares, outras realidades e passei a ter outros olhares sobre a vida. Fui à Vila Palmeira, conversei com as mulheres e me apaixonei. E essa paixão me fez buscar caminhos para implantá-lo no IFMA, para fazer interlocução com os empresários e parceiros, crescer, aprender, inventar, conhecer as pessoas e a cidade e contribuir para melhorar a vida dessas cidadãs.

Com o tempo, conseguimos bolsa estágio para algumas alunas, foi realizada a construção e a aquisição do equipamento do laboratório-cozinha, fizemos parceria com o Senac. Porém, a maior conquista veio com a vitória das alunas. Formamos a primeira turma, com baixo índice de evasão, e muitas conseguiram ingressar no mercado de trabalho. Hoje, estamos na terceira turma, com 78% de nossas egressas empregadas com carteira assinada ou com seu próprio negócio. O projeto foi ampliado para outro campus, o Centro Histórico, que ofertou capacitação na área de artesanato, e fizemos parceria com várias empresas que hoje empregam algumas alunas. (grifo nosso)

Nota-se que, na fase inicial de projeto em 2009, o Mulheres Mil foi importante para a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho da maior parte das egressas do curso (78%), tanto por meio do emprego formal como pelo autoemprego, sendo assim, conseguiu proporcionar a inclusão social e no mercado de trabalho das mulheres de baixa renda.

Ao entrarem no curso, as alunas passaram a receber acompanhamento médico e odontológico, assistência social, apoio psicológico e auxílio transporte. “Costumo dizer que o Mulheres Mil não trabalha somente com a formação profissional, mas, sobretudo, com a autoestima das nossas alunas”, segundo Teresa Fabbro, ex - coordenadora do Projeto, depois do programa e política Mulheres mil, no período de 2009 à 2012.

⁷ Disponível em: www.mulheresmil.mec.gov.br

Foi feito, inicialmente, a fim de selecionar as candidatas ao curso, um levantamento sobre o perfil do público alvo da localidade escolhida, a fim de atender melhor às necessidades e demandas daquela comunidade, por meio da aplicação de um questionário socioeconômico (anexo 1) e de entrevistas semi-estruturada (anexo 2), sendo ambos padronizados e aplicados por todos os IF's que implementaram o projeto Mulheres Mil, com as mulheres que tinham se inscrito previamente para participar do curso de alimentos. Buscou-se, também, através desse questionário e entrevistas saber quais eram os conhecimentos, habilidades e saberes que as candidatas ao curso já possuíam.

Nas entrevistas nas casas tratou-se de observar a questão da higiene pessoal, ambiente em que viviam as candidatas e também comportamentos, modo de vestimenta, relação com os filhos e maridos, relação com a comunidade. Também foram feitas perguntas básicas no que diz respeito ao preparo, armazenamento, conservação e congelamento de alimentos, bem como quais as tarefas que elas desenvolviam em casa e no trabalho.

O resultado obtido nessa primeira etapa do então Projeto Mulheres Mil, na Vila Palmeira, possibilitou traçar o seguinte perfil da maioria das candidatas ao curso de Alimentos: mulheres negras, de idade entre 26 e 40 anos, solteiras, com média de 1 a 3 filhos, pouco acesso ao saneamento básico, água encanada e energia elétrica, porém com casa própria, ensino médio concluído, com acesso a atendimento básico de saúde (posto de saúde) e com algum conhecimento de cozinha.

Observou-se que a maioria da população de mulheres de baixa renda e fora do mercado de trabalho é negra ou parda, sendo baixo percentual entre mulheres brancas. Assim, temos também, além da questão de gênero, a questão da exclusão étnica, sendo a população negra a mais afetada.

No que se refere ao estado civil das candidatas, temos que muitas mulheres eram solteiras, mas também havia um percentual considerável de casadas fora do mercado de trabalho.

A maioria das candidatas estava em idade produtiva, ou seja, aptas para o mercado de trabalho. Das mulheres que foram entrevistadas e responderam ao questionário, no entanto, apesar de estarem em idade produtiva, todas estavam fora do mercado de trabalho.

Como a maioria tinha filhos, e por estarem fora do mercado de trabalho, viu-se a necessidade de ofertar qualificação profissional com vistas a incluir essas mulheres no mercado de trabalho, de forma a ajudar no sustento da família.

Já nos aspectos de saneamento básico, poucos contavam com água encanada e esgoto, assim como energia elétrica em suas casas, o que reforça o grau de exclusão social enfrentada pelas pessoas daquela comunidade, onde lhes faltavam o mínimo para ter uma boa qualidade de vida.

A maioria das entrevistadas parou o estudos quando completou o ensino médio, visto que nenhuma chegou a cursar ou concluir o ensino superior, ao passo que outras, minoria, nem terminaram o ensino médio (abandonaram no curso do ensino médio, só terminaram o ensino fundamental e aquelas que não concluíram nem o ensino fundamental).

Quanto aos conhecimentos e habilidades na área de cozinha, objeto do curso de Alimentos, a maioria relatou ter aptidão e prática para preparo de alimentos, o que foi crucial na hora de escolher o curso que seria ofertado para as mulheres da comunidade, pois era mais viável oferecer um curso com a qual a maioria já tivesse um conhecimento prévio e habilidades prontas a serem desenvolvidas em aulas.

No curso de Alimentos, foram ministradas aulas de como manipular corretamente os alimentos, higiene pessoal e alimentar, segurança do trabalho, empreendedorismo e cooperativismo. Além destas, palestras de direitos e deveres, autoestima, meio ambiente, reciclagem e disciplinas como a informática, matemática, português, técnicas de conservação e congelamento de carnes, aves, pescados, frutas, verduras e legumes. Ensinou-se, também, a preparar alimentos compotas e doces buscando o aproveitamento integral.

O curso de alimentos teve como objetivo geral desenvolver o Projeto, no intuito de promover uma melhor qualidade de vida, qualificação profissional, elevação da escolaridade de jovens e adultos, com baixo poder aquisitivo, de forma a possibilitar-lhe o ingresso/reingresso no mercado de trabalho e proporcionar a elevação da escolaridade através da formação continuada para exercerem atividades que envolvam procedimentos técnicos inerentes a conservação, congelamento/descongelamento, preparo, manipulação e higiene correta e aproveitamento integral dos alimentos. Já os objetivos específicos eram:

- Propiciar o ingresso/reingresso de jovens e adultos no mercado de trabalho para desenvolverem atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos básicos de conservação, congelamento/descongelamento e preparo de produtos alimentícios;
- Suprir a demanda local no que concerne à prestação de serviços referentes à conservação, congelamento/descongelamento e preparo de produtos alimentícios;
- Diversificar o campo de atuação profissional de modo a possibilitar aumento da renda familiar;
- Desenvolver competências laborais que profissionalizem o trabalho a ser desenvolvida na área de prestação de serviços referente conservação, congelamento/descongelamento e preparo de produtos alimentícios;

Da primeira turma do curso de Preparo e Conservação e Congelamento de Alimentos, do campus Monte Castelo, foi possível observar que com o desenvolvimento do Projeto, segundo Fabbro, depois do terceiro módulo, as alunas estavam aptas para entrarem no mercado de trabalho através da inserção das mesmas em empresas parceiras ou mesmo formando empreendedoras individuais

A coordenadora do projeto relatou que foram realizadas visitas à empresas da área de serviços e alimentação e foi feita uma apresentação do Projeto, onde foram oferecidas parcerias com essas empresas. As empresas parceiras colocaram as alunas para a realização de um estágio de 80 horas oferecendo a elas vale transporte e lanche.

Ao final do estágio, algumas empresas demonstraram o interesse pelas alunas, sendo feita a contratação dessas alunas através da assinatura da carteira de trabalho. Foi possível verificar, segundo a gestora do Projeto, a satisfação dos empresários destacando que essas alunas vêm com uma bagagem de conhecimentos específicos e que não é extremamente necessário passar procedimentos como, por exemplo, de boas práticas de fabricação, uso de uniformes, higiene pessoal, etc., o qual a colaboradora da empresa (funcionário) é obrigada a fazer uso desses conhecimentos para poder, assim, a empresa investir em melhoria na qualidade dos colaboradores e também na contratação de um quadro funcional maior.

Nas empresas parceiras houve um total de oito alunas que realizaram o estágio e dessas, cinco foram contratadas com a carteira assinada. Segundo as alunas já empregadas, o projeto trouxe uma oportunidade de conhecimento e também da realização de um sonho: ter a carteira assinada pela primeira vez..

Temos que, sob a perspectiva da responsável pela implementação do projeto em 2009, o Mulheres Mil foi uma forma efetiva de inclusão social e no mercado de trabalho de mulheres antes excluídas, moradoras da Vila Palmeira, visto que houve uma grande participação e pequena desistência, bem como um número considerável de mulheres formadas pelo curso e Alimentos que ingressou no mercado de trabalho, tanto com carteira assinada (emprego formal) quanto como autoemprego (trabalho por conta própria/microempresárias).

O depoimento de algumas alunas egressas do ano de 2009, quando ainda era projeto, que conseguiram ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso de alimentos, reforçam o depoimento da gestora do projeto, conforme pode ser pelo relato da Egressa 1⁸:

Eu ia para um lado, não dava certo, ia para outro, não dava certo. Eu tinha desistido de trabalhar de carteira assinada, porque eu já estava com 32 anos e não tinha arrumado nenhum serviço de carteira assinada. Terminei o ensino médio, sou formada em magistério e sempre trabalhei em escola comunitária. Na última escola que eu trabalhei, recebia 150 reais por mês e fiquei de setembro a novembro sem receber. Então, para mim isso tava fora de cogitação, porque o mercado não é só pelo currículo, mas olha muito a idade da pessoa; não só a experiência conta

Aí eu entrei no curso para me aventurar, para ver se conseguia melhorar alguma coisa. Realmente, mudou muito a minha vida. Mudou demais. Eu estou trabalhando, de carteira assinada. Comecei também a divulgar o trabalho de artesanato que eu faço. Eu faço flores, bonecos. Com o meu primeiro contracheque, eu comprei minha máquina de lavar.

O projeto Mulheres Mil é muito importante, porque dá oportunidade a mulheres que já desistiram de lutar por alguma coisa na vida, pelas dificuldades do dia a dia, dificuldades de emprego, de alimentos, o preconceito por ser mulher. Existe sim o preconceito. Por ser mulher, às vezes, a gente não ocupa um cargo. Daí começa a discriminação, a desvalorização. E esse projeto vem contribuir para que a mulher recupere sua autoestima. Na aula de empreendedorismo, o professor ensinou a valorizar cada centavo que a gente ganha. Ele ensinou assim: se a gente ganha um real por dia, tem que guardar 10 centavos. A gente tem sempre que economizar, dar valor ao nosso dinheiro, porque é um dinheiro muito suado. Como eu estou pensando em botar um negócio lá para frente, então eu tenho que valorizar esse dinheiro que eu ganho. (Egressa 1) (Grifo nosso)

Um ponto importante destacado pela Egressa 1 é a elevação da autoestima das alunas do curso, pois o mesmo proporcionou oportunidade de estudo e

⁸ Disponível em www.mulheresmil.mec.gov.br

qualificação profissional para mulheres que estavam já desanimadas com o preconceito de gênero enfrentado para ingressar no mercado de trabalho. Outra aluna egressa da primeira turma do Projeto Mulheres Mil de 2009 fez o seguinte relato sobre a sua experiência com o Mulheres Mil:

Eu fazia salgados para as minhas amigas, para o aniversário dos meninos, só que não trabalhava para ganhar. As pessoas pediam para eu fazer, traziam o material e depois diziam “obrigado”. Eu não fazia profissionalmente, não conseguia cobrar, tinha vergonha. **Foi depois do projeto que eu comecei mesmo a fazer cobrando, procurei valorizar o meu trabalho. Minha autoestima melhorou bastante; aprendi a me valorizar, a dar valor para as minhas coisas, que eu não sabia. Não conseguia dar preço e hoje em dia eu já sei. Hoje eu digo para as pessoas: “É tanto por isso e isso”. Sei a justificativa, o porquê que é esse valor.**

O nome da minha empresa XXX. Eu fiz pelo Sebrae, é uma empresa individual; agora eu posso estar expandindo meu negócio, posso tá emitindo uma nota.

Tudo que eu aprendi a fazer melhorou no meu trabalho, em termos de higiene, de segurança, preparação, empreendedorismo, como se profissionalizar melhor, trabalhar melhor, na nossa própria segurança. Tudo isso veio acrescentar muito. Hoje está todo mundo trabalhando, só tem uma ou duas que não estão trabalhando. Isso também é fruto da força de vontade, porque não pode esperar tudo do curso, a gente também tem que correr atrás. Não adianta fazer o curso e ficar parada. (Egressa 2) (grifo nosso)

Percebe-se que, mesmo aquelas mulheres que já preparavam e forneciam alimentos para familiares e conhecidos, havia alunas que antes de ingressarem no curso não tinham perspectiva de ter trabalho remunerado com suas habilidades na cozinha. Só com o curso que houve o despertar, dessas alunas, para essa possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, por meio do preparo de alimentos, tanto trabalhando com carteira assinada, como na criação de empresas próprias. Outros relatos de egressas da turma de 2009 do projeto, dados como entrevista ao site do IFMA, são os seguintes⁹:

Egressa 3, 22, é uma daquelas alunas dedicadas do Alimento da Inclusão. O cumprimento das tarefas, a atenção durante as aulas e os cuidados com a manipulação dos alimentos renderam a ela resultados positivos como a contratação para trabalhar na lanchonete XXX conhecida rede de fast food em São Luis – parceira do Projeto Mulheres Mil.

Antes disso, ela foi entrevistada, preencheu questionários e passou por um treinamento durante dez dias, demonstrando preparo para lidar com a chapa, de onde partem ingredientes como os hamburgers, que irão compor os sanduíches. **“Fui avaliada durante esse período, eles aprovaram minha atuação e me contrataram. Agora terei minha carteira assinada”**, conta sorrindo discretamente e acrescentando que seu próximo passo será terminar os estudos, não concluídos, por conta da gravidez. (grifo nosso)

⁹ Disponível em www.ifma.edu.br

Vê-se que o empenho dentro e fora da sala de aula, na realização de estágios em empresas parceiras resultou na contratação de muitas egressas, como a Egressa 3, que também destacou que o curso influenciou na decisão de continuar e evoluir nos estudos, que antes estavam parados.

A **egressa 4**, 35, e mãe de um filho, depois do Mulheres Mil, foi apontada para atender os clientes da confeitaria e restaurante Y, localizada em um dos shoppings mais movimentados de São Luís, onde serve-se tortas, sorvetes, almoços, além de vinhos bem recomendados de vários países.

[.....]

‘Estou gostando, porque faço algo diferente’, comenta a ex-aluna.

O Mulheres Mil chegou no momento em que eu mais precisava, mudando completamente a minha vida”. Assim **egressa 5**, 26, refere-se ao Alimento da Inclusão, que lhe garantiu o primeiro emprego com carteira assinada na rede de lanchonetes X, parceira do projeto, que também já contratou outras 2 ex-alunas. Mais do que a tão sonhada inclusão no mercado, as idas diárias ao Instituto Federal do Maranhão para assistir às aulas, despertaram na aluna a vocação para ser nutricionista. **‘Agora tenho esse objetivo’, diz acrescentando que o projeto tomou uma grande dimensão em sua casa, antes mantida somente com o Bolsa Família.** ‘Era muita coisa para comprar e o dinheiro nem sempre rendia. Hoje minha mãe e irmã também querem participar e meus filhos me dão total apoio’, revela emocionada. (grifo nosso)

Nota-se, pelos relatos das egressas 4 e 5 que além das mulheres egressas do curso (a maioria) ter conseguido emprego com carteira assinada, muitas tinham a intenção, ao fim do curso, de seguir estudando, aprimorando-se profissionalmente, sendo que no caso da Egressa 5 o Mulheres Mil teve impacto também sobre a sua família, no que tange a renda familiar, visto que antes dela concluir o curso e conseguir seu primeiro emprego formal, graças ao projeto, sua família era mantida basicamente pelo Bolsa Família.

Pelos relatos citados das 5 (cinco) egressas da primeira turma do projeto Mulheres Mil de 2009, pode-se perceber que a realização do curso de preparo, conservação e congelamento de alimentos, com mulheres selecionadas na comunidade da Vila Palmeira em São Luís, proporcionou a algumas, além do conhecimento adquirido, o desenvolvimento de habilidades que já possuíam, bem como a contratação por parte de empresas parceiras e a abertura de uma empresa própria na área de alimentos. Assim, temos que em parte a finalidade principal do projeto, que era a inclusão social e no mercado de trabalho, foi atingida com a primeira turma formada. Parcialmente, visto que não foi a maior parte da turma que conseguiu, de imediato, inserção no mercado de trabalho.

Conforme a gestora do projeto, com a turma de 2009 foi aplicado um questionário padrão utilizado nacionalmente pelo projeto Mulheres Mil (anexo 3), onde foi relacionado o aprendizado obtido no curso e se o objetivo foi alcançado. Verificou-se todas as respostas do questionário aplicado e pode ser observado que nas perguntas aproximadamente 86% das alunas participantes obtiveram um excelente aproveitamento. Das 14% restantes observou-se que as mesmas, durante o decorrer, do curso não tinham um empenho para aprender coisas novas, sendo que também não foi possível a participação dessas na realização de estágios, assim como em sala de aula dessas alunas, pois elas não tinham perspectiva de um dia melhorar a qualidade de vida delas próprias e da família.

A partir desse questionário aplicado, com as respostas obtidas foi possível fazer os seguintes apontamentos:

Quanto as condições do laboratório onde foram ministradas as aulas práticas, 87% das alunas aprovaram (maioria), ou seja, aprovaram a estrutura física oferecida pelo IFMA para as alunas.

Sobre o desempenho dos professores observamos que a maioria, 83%, aprovou a qualidade das aulas ministradas pelos professores, o que significa que os conteúdos foram transmitidos e recebidos adequadamente.

Quanto as disciplinas ensinadas, temos que a maior parte das alunas, 72%, ficaram satisfeitas com a grade curricular, ou seja, estavam de acordo com as disciplinas escolhidas e ministradas no curso.

Um total de 86% das alunas afirmaram que houve mudanças alimentares como lavar as mãos, comprar alimentos de boa procedência, congelar e descongelar corretamente os alimentos, armazenamento correto dos alimentos e passaram a aproveitar ao máximo o que o alimento tem a oferecer sem desperdiçar.

Temos que 64% considerou bom, em vez de ótimo, o aprendizado em sala de aula. Tal fato se deu, principalmente, segundo a gestora do projeto, por que as alunas tiveram, em sua maioria, muita dificuldade nas disciplinas teóricas, como português e matemática, por estarem muitos anos fora da escola, além de ter alunas que não tinham completado o ensino médio, sendo que tal deficiência procurou ser sanada com aulas extras pra essas alunas com maiores dificuldades de aprendizado.

Observou-se que 10 % das alunas disse que o curso de qualificação profissional não possibilitou a elas uma melhoria na qualidade de vida e, então, não fazia nenhuma diferença. Esse percentual de descontentamento ocorreu, principalmente, entre aquelas alunas que não demonstraram nenhum interesse em sala de aula, não participavam das atividades e quando eram realizadas as aulas práticas diziam não ter nenhuma afinidade com a área de serviços em cozinha.

Já 31% quando foi perguntado sobre a qualidade de vida, afirmaram não ter tido qualquer melhora na sua qualidade de vida. Esse percentual foi alto tendo em vista que algumas egressas da primeira turma do projeto não conseguiram ingressar no mercado de . Por outro lado, 59% disseram ter sim melhorado a qualidade de vida, visto que muitas já estavam trabalhando em empresas particulares com carteira assinada, outras prestando serviços culinários e outras alunas enveredaram para o lado empreendedor, vendendo seus alimentos para festas e sob encomendas.

Por último, quando foi perguntado sobre as expectativas esperadas, 86% das alunas afirmaram que o curso de qualificação profissional atendeu ou até superou o que elas imaginavam, o que permite concluir que a maioria das alunas estava otimistas com as possibilidades profissionais que o curso poderia proporcionar no futuro.

A configuração como projeto foi até o final do ano de 2010, com a perspectiva de qualificar 1000 mulheres na região norte-nordeste, através de vários projetos em diferentes Estados dessa região e executados pelos Institutos Federais. Desde o seu início em 2009, o Governo federal já visava expandir para todo o território nacional, sendo implementado por todos os Institutos Federais, alcançando um número maior de mulheres atendidas e, assim, se tornar um política pública. No *site* oficial do Mulheres Mil ¹⁰ temos a seguinte afirmação:

Em 2009, a Setec tem como meta expandir o programa para outras regiões do País, visando transformá-lo em uma política pública a ser implementada em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) do país, ampliando a oferta para as mulheres desfavorecidas do Brasil (BRASIL).

Instituído pela Portaria No 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – estava inserido no Plano Brasil sem Miséria, integrando um conjunto de ações que

¹⁰ Disponível em www.mulheresmil.mec.gov.br

buscaram consolidar as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

O Programa visava possibilitar que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania, tivessem uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permitisse sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

O Programa estava inserido em um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do projeto *Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário* – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros em dezembro de 2010.

Baseado na Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, tinha como foco implantar núcleos de desenvolvimento do Programa em todo o território nacional, com a perspectiva de atingir 100 mil mulheres até 2014. Teve como público alvo mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade; moradoras de comunidades integrantes dos Territórios da Cidadania e/ou com baixo índice de desenvolvimento humano.

O Programa Nacional Mulheres Mil foi uma proposta de aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano. Enquanto ação nacional, essa iniciativa visou contribuir de maneira significativa para o Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal. O Programa, também, buscou tentar promover a ampliação da formação de jovens e adultos, de forma a atender à demanda da economia brasileira, que carecia de trabalhadores para atuar nos seus mais diversos setores.

A opção pelo recorte de gênero se deu pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia das suas famílias, e que são responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, o que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País.

O Programa Nacional Mulheres Mil abarcaria a população feminina na faixa etária acima de 18 anos, que busca oportunidades de acesso às ações educacionais e à inclusão e permanência no mundo do trabalho, tendo como ponto central a identificação, reconhecimento e valorização da diversidade e dos saberes acumulados em cada uma de suas etapas de vida.

Os objetivos do Programa eram os seguintes:

- Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional.
- Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas.
- Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.
- Estruturar e implantar o Observatório do Mulheres Mil.
- Estabelecer uma Rede de Intercâmbio de Experiências, de Informação e de Disseminação.
- Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo Programa.
- Capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes do Programa no domínio da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil.
- Acompanhar, monitorar e avaliar o Programa por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).
- Desenvolver e implantar o Selo de Certificação da Metodologia Mulheres Mil.

A meta era entre 2011 e 2014, a formação de 100 mil mulheres, moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e/ou integrantes dos Territórios da cidadania, sendo que a metodologia utilizada seguiu sendo a mesma do Projeto. Esse Programa buscou, também, o que segue:

- Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da

miséria no país.

- Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil.
- Reduzir os índices de violência doméstica.
- Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas.
- Melhorar as relações familiares e comunitárias.
- Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais.
- Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Contribuir para a redução do analfabetismo.
- Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não tradicional.
- Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida

Assim, temos que em 2011 o Mulheres Mil virou um programa e posteriormente ganhou status de política pública, sendo que, em 2012, foi considerado pelo poder público como política pública, por abranger todo o território nacional e por ser implementado por todos os Institutos Federais. A partir de 2011, a seleção das participantes passou a ser realizada por meio de edital público, sendo aberto a inscrição à mulheres que tivessem interesse em participar dos cursos ofertados e que fossem beneficiadas pela tarifa social de luz¹¹, sendo que além do curso de Alimentos, passou a contar com outros cursos de qualificação profissional.

Em 2012, também, foi ofertado às mulheres do sistema prisional do Estado do Maranhão, em parceria com a Secretaria De Estado da Justiça, com a Administração penitenciária, com o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Estado, cursos visando à qualificação dessa mão de obra e inclusão social.

¹¹ tem direito a ingressar na tarifa social As unidades consumidoras residenciais que consomem até 80 kWh mensais; e os que consomem de 80 até 220 kWh, desde que estejam aptos a receber benefícios de programas sociais para baixa renda do governo federal. A tarifa social foi estabelecida pela lei 10.438/2002 e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pelas Resoluções 246/2002; 485/2002; e 253/2007.

Em termos de dados quantitativos, foi possível apurar que no período de 2009 (projeto) até 2011(programa), no campus São Luís Monte Castelo, em relação aos cursos oferecidos, quantidade de mulheres matriculadas, quantidade de mulheres formadas nos cursos e o número de mulheres que conseguiram, após os cursos, ingressar no mercado de trabalho,obteve-se o seguinte:

Período	Cursos oferecidos	Mulheres matriculadas	Mulheres formadas	Mulheres no mundo do trabalho
2008/2009	Alimentos	40	38	32 -84%
2010	Alimentos	40	38	33 -87%
2010	Artesanato/biojóias	15	11	5 -45%
2011	Alimentos/serviços	20	17	10 - 60%
total		115	104	80 -77%

Tabela 1

Percebe-se que no período de 2009-2010, com o curso de Alimentos, ainda como projeto, houve uma constância no número de mulheres matriculadas, com poucas desistências do curso e a maioria formada e que conseguiu ingressar no mercado de trabalho. Ainda em 2010, foi ofertado o curso de artesanato/biojóias, que teve uma demanda de candidatas bem abaixo das primeiras turmas do curso de alimento, assim como teve um maior número de desistências e um percentual abaixo da metade de mulheres desse curso que conseguiram entrar no mercado de trabalho.

Já em 2011, já como programa e com o curso de alimentos, o Mulheres Mil teve, novamente, uma queda no número de mulheres matriculadas, em relação a 2009 e 2010, bem como no número de mulheres formadas e de mulheres que conseguiram ingressar no mercado de trabalho, o que já mostra um declínio na capacidade de atingir a sua finalidade principal, como programa, em inserir as mulheres formadas no mercado de trabalho.

Em 2011, ainda, o Programa Nacional Mulheres Mil atingiu a condição de política pública, uma vez que passou a ser ofertado em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. Em 2012, no campus Monte Castelo em São Luís, houve mudança de coordenação da política Mulheres mil, bem como atrasos e problemas técnicos, pedagógicos e financeiros, que impossibilitaram a obtenção de dados quantitativos e qualitativos, em relação as alunas e a equipe responsável pela política, para esta dissertação.

Em 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM), visando a ampliação da oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família. Percebe-se, então, que de uma política pública consolidada, a Mulheres Mil teve um retrocesso, passando a ser um eixo de um outro programa governamental, o PRONATEC (programa nacional de acesso ao ensino técnico).

Fazendo-se uma verificação em relação aos eixos que norteiam a política Mulheres Mil- educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, de forma a promover a equidade de gêneros e a inclusão social e no mercado de trabalho, foi possível observar o seguinte:

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, temos que muitos cursos iniciais, da fase de projeto, foram na área de artesanato, alimentos e serviços, ou seja, focaram em trabalhos mais manuais, utilizando recursos naturais e com contato com o meio ambiente. Assim, as comunidades envolvidas, bem como as alunas, puderam ter um conhecimento e participação maior em como promover o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista o seu crescimento pessoal e profissional. Segundo o MEC ¹²:

A emancipação social e econômica das mulheres (de qualquer origem étnica, idade, ou outro dado demográfico) conduz a melhorias na vida e saúde da família, o que conduz a mais vida e saúde da comunidade incluindo um maior respeito pelo meio-ambiente.

No que tange à cidadania, temos que a política Mulheres mil foi criada com o intuito de transformar mulheres em situação de exclusão social e sem grande participação social e política em mulheres com cidadania ativa, ou seja, que participam como indivíduo ou como um grupo organizado nos processos decisórios, de forma a reivindicar os seus direitos sociais, econômicos e culturais, ou seja, busca a emancipação dessas mulheres, que uma vez conscientes de seus direitos e capacidades, tornem-se sujeitos na sociedade, tanto política como, como social e economicamente. Segundo o MEC:

A realização educacional e o ingresso ou progressão no mercado de trabalho proporciona às mulheres marginalizadas um senso de cidadania

¹² disponível em www.mulheresmil.mec.gov.br

mais forte e o seu papel em tornar o seu país mais sólido. Um crescente sentimento de poder dentro da sociedade conduz a um maior envolvimento com o processo político no nível da comunidade em particular.

Já no tocante à educação, foi possível observar que não somente ao promover o acesso à educação profissional, mas também através do planejamento dos cursos de modo flexível baseado na demanda do setor produtivo local, mantendo um caráter complementar em relação à educação básica, de modo a elevar a escolaridade das alunas possibilitou que muitas mulheres desenvolvessem habilidades que já possuíam e adquirissem mais conhecimento, estimulando, ao fim dos cursos, o empreendedorismo, às formas associativas e solidárias e à empregabilidade, respeitando a diversidade social, econômica e regional da comunidade atendida.

Assim, temos que ao contemplar tais eixos, tornou-se possível atingir a equidade de gênero, já que possibilitou, em tese, a diminuição das diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na participação na sociedade, por meio da inclusão social das mulheres egressas dos cursos dessa política. Sobre a equidade, o MEC afirma:

As mulheres serão igualmente representadas na liderança e coordenação do projeto. Recursos e investimentos serão igualmente compartilhados entre os parceiros canadenses e brasileiros e ambos serão responsáveis pelos prósperos resultados do projeto.

Saindo do foco do discurso governamental, podemos fazer a seguinte análise em relação aos conceitos de educação, cidadania, desenvolvimento sustentável e equidade presentes na política Mulheres Mil e estudados nesta dissertação:

Quanto à equidade, na perspectiva de Rawls, temos que em tese a política estudada visou a equidade, já que buscou diminuir as desigualdades socioeconômicas e de gênero no mundo do trabalho, pois se tratava de uma política de ação afirmativa com foco nas mulheres.

No que tange ao desenvolvimento, sob a perspectiva de Sen, para que haja desenvolvimento é necessária haver melhoria da qualidade de vida e das liberdades do indivíduos, o que ocorreu com algumas egressas, que passaram a participar do sustento da família, ingressaram no mercado de trabalho e passaram a ser mais conscientes dos seus direitos e habilidades.

Já a cidadania, na política Mulheres Mil, pode ser observada a partir da mudança de comportamento das egressas, na elevação da sua autoestima e quanto

ao seu papel mais participativo em suas famílias e comunidades, bem como da consciência de seus direitos como cidadãs e a busca contínua pelo acesso à outros níveis de educação, como a educação superior.

Já o aspecto educacional da política em questão, pode ser observado tanto na oferta de qualificação profissional, com o objetivo de inserir mão de obra no mercado de trabalho, quanto na retomada dos estudos e incentivo para a melhoria educacional contínua das alunas e egressas.

De um modo geral, apesar dos poucos dados concretos oficiais e não oficiais existentes sobre o andamento, ao longo dos anos, dessa política, tanto no IFMA quanto nos demais Institutos que implementaram essa política, pode-se observar que ela não atende a questão de gênero de modo definitivo e satisfatório, nem a questão da inclusão no mercado de trabalho, visto que, pelo que foi possível obter de dados e informações, uma pequena parcela das mulheres egressas dos cursos da Mulheres Mil lograram êxito, ingressaram e permanecem no mercado de trabalho, sendo, pois, uma alternativa paliativa, que não resolve, em definitivo, as diferenças de gênero no mercado de trabalho e na participação na sociedade e economia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou fazer os primeiros apontamentos sobre a implementação da Mulheres Mil no IFMA em São Luís, do seu início em 2009 até o ano de 2012, que poderá servir de base para estudos e pesquisas posteriores, com maior grau de aprofundamento e reflexão

A expansão dos IF's no território nacional trouxe mudanças substantivas o que expressa um movimento dialético, que engloba aspectos internos e externos dessas instituições em assumirem novas atribuições. Daí, tem-se a importância do papel dos Institutos Federais na formação, não somente para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade, na formação do cidadão consciente e atuante no cenário político, econômico e social.

As políticas públicas voltadas para diminuir as desigualdades de gênero estão cada vez mais presentes nas agendas governamentais, visto que tem uma grande participação das mulheres no desenvolvimento local, bem como influenciam nas comunidades onde vivem.

Ao ingressar no IFMA em 2009, tive meu primeiro contato com o, então, projeto Mulheres Mil, onde conheci a coordenadora do projeto bem como algumas alunas. Por ser algo diferente do que o, na época, Cefet costumava oferecer de ensino, que só era técnico de nível médio, despertou-me a curiosidade de saber como seria a implementação desse curso de qualificação profissional, algo inédito no âmbito do IFMA e se traria bons resultados no futuro.

Como exercia minhas atividades na execução orçamentária e financeira do IFMA, e por conseguinte, também realizada a execução do orçamento e recursos do projeto Mulheres Mil, o que me permitiu acompanhar a sua evolução, transformações e desempenho. Com a transformação para programa Mulheres Mil e, posteriormente, em 2012, ano de ingresso no mestrado em políticas públicas, devido ao novo discurso governamental que afirmava que já era uma política pública de inclusão social e no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional, surgiu, na autora desta dissertação, o interesse em utilizar como objeto de estudo o projeto/programa/política pública Mulheres Mil.

A fim de visualizar melhor essa transformação de projeto para programa e, por fim, como política pública, utilizou-se como corte temporal o ano de 2009, quando iniciou o projeto no IFMA campus Monte Castelo(em São Luís), até o ano de 2012, quando já era tido pelo governo federal como política pública. Teve como meta do governo, inicial, de 2009 ao fim de 2010 qualificar e introduzir no mercado de trabalho mil mulheres da região norte e nordeste, por serem as regiões mais pobres e com mais desigualdades sociais do país.

Em 2011, houve a ampliação do alcance, tornando-se um programa por meio de lei e passando de mil mulheres para 100.000(cem mil) mulheres a serem atendidas em todo o país. Com o passar do ano de 2011, devido à implementação em todos os Estados do país, pelos Institutos Federais, do programa Mulheres Mil, passou a ser considerado pelo governo como uma política pública, pois além de abarcar todas as regiões do país, não tinha mais um limite temporal de implementação nem uma quantidade determinada de mulheres para serem atendidas.

Devido, também, ao crescimento do programa mulheres mil , que passou a ser tido como política pública, surgiu o interesse de verificar, pela autora da presente dissertação de mestrado, se realmente era um política pública, se atendeu aos eixos que estabeleceu- educação, cidadania e desenvolvimento sustentável- bem como se promoveu a equidade e a inclusão social e no mercado de trabalho das mulheres egressas dos cursos oferecidos.

Neste estudo foi possível constatar, junto ao público alvo e gestora da política de 2009 à 2012, os impactos de curto prazo, sendo que novos estudos serão necessários para que se possa avaliar, com maior precisão, eventuais transformações no cotidiano das mulheres em médio e longo prazo, assim como elaborar comparativos entre os demais grupos de mulheres que participaram das fases de projeto, programa e política.

Através da análise documental, relatos da gestora do período de 2009 à 2012, bem como depoimentos e contatos com alunas egressas dos cursos oferecidos, sobretudo o de Alimentos, foi possível perceber que a maioria era de mulheres pobres, com pouco estudo, fora do mercado de trabalho e com pouca participação como cidadã, sem muita noção dos seus direitos e da sua capacidade de aprender e de crescer pessoal e profissionalmente.

No que tange à qualificação profissional das alunas do início como Projeto, em 2009, segundo a gestora da época, e se ao estruturar do Projeto foi pensado em implantar a qualificação de acordo com o potencial mercadológico da região, a informação concedida esclarece que o foi respeitado o interesse das alunas pela área de artesanato e culinária, sendo que a partir desse interesse é que foram escolhidos os cursos que seriam ofertados inicialmente, nessas duas áreas.

É sabido que só a qualificação profissional, sem corrigir o déficit educacional do ensino de base (fundamental e médio) da rede pública, não é capaz de preparar adequadamente para o mercado de trabalho, nem consegue despertar a cidadania de modo eficaz. Com os cursos de qualificação profissional, consegue-se ajudar pouco a essas pessoas que estão em situação de pobreza e de exclusão social, uma vez que não abrange todas as pessoas necessitadas e nem supre a deficiência de um melhor ensino nas escolas públicas.

Partindo da premissa de que o Programa Mulheres Mil é uma política inclusiva e diferenciada de outras que visam a profissionalização, esta dissertação buscou conhecer as contribuições do programa na vida de algumas egressas do curso de preparo, conservação e congelamento de alimentos, por meio de pesquisa secundária em sites, entrevistas, depoimentos e de relatos da gestora de 2009 à 2012, que manteve contato com autora, prestando todas as informações que se fizeram necessárias.

Embora não tenha conseguido um número razoável de depoimentos, relatos e entrevistas com as egressas, foi possível ter uma ideia do perfil das egressas, a partir dos dados obtidos, bem como verificar se tal política cumpria com o que era esperado pelo governo.

A partir dos dados e documentos analisados, foi possível verificar que a política Mulheres Mil foi de grande importância na vida de algumas egressas, que conseguiram além do despertar para prosseguir com os estudos, uma oportunidade em ingressar no mercado de trabalho, sendo que algumas através do emprego formal (carteira assinada) e outras através do autoemprego (empreendedorismo). Muitas passaram, também, a ter mais conhecimento dos direitos básicos de todo cidadão e aumento da autoestima, o que mostra que os cursos oferecidos trouxeram benefícios para algumas mulheres.

Quanto a caracterização do perfil do público participante da primeira turma do Projeto Mulheres Mil, foi possível verificar que as mulheres da primeira turma do

Projeto possuíam características de grupos menos favorecidos, isto é, viviam em condições de vulnerabilidade social. Apesar da maioria delas residirem com o seu companheiro/cônjuge e fazerem uso de programas assistenciais, como o Bolsa Família, muitas exerciam atividades informais como forma de complementação da renda familiar para suprir as necessidades básicas. Na questão educacional, a baixa escolaridade era presente no grupo, o que ocasionava o desemprego.

Já no que concerne ao impacto ou não, em curto prazo, no cotidiano profissional e pessoal das mulheres da primeira turma do Projeto, foi possível perceber que o Projeto provocou mudanças consideráveis no cotidiano das alunas. Quanto ao aspecto comportamental, foi possível notar que as alunas passaram a se sentir mais seguras para se comunicarem com os outros, sendo que quanto à elevação de escolaridade muitas voltaram a estudar. No âmbito do cotidiano das alunas, as atividades desenvolvidas no Projeto na área de culinária, contribuíram para a qualidade de vida dos seus familiares, uma vez que as mesmas passaram a realizar o reaproveitamento adequado dos alimentos e aprenderam novas receitas, agregando valor nutricional nas comidas preparadas para a família.

Embora tenha proporcionado alguns benefícios para as mulheres atendidas, tal política não se mostrou capaz de promover a inclusão social e no mercado de trabalho de forma mais ampla, pois somente algumas alunas conseguiram lograr êxito após o fim dos cursos. Tratou-se, pois, de uma política ineficiente, visto que ainda há uma grande diferença de gênero no mercado de trabalho e um grande número de mulheres com baixo nível educacional e sem a consciência de seu papel como cidadãs.

Uma das deficiências do Projeto, que seguiu existindo quando se tornou uma política pública, foi a real geração de renda e a inserção no mundo de trabalho, que deveriam ser a referência deste Projeto. Mesmo com as mudanças proporcionadas, ele não conseguiu inserir muitas dessas mulheres em empregos formais ou no empreendedorismo, conforme os dados que foram obtidos, sendo que poucas conseguiram ser de fato inseridas no mundo do trabalho.

Nas questões principais, escolaridade e inserção no mundo do trabalho, verificou-se que o Projeto Mulheres Mil não conseguiu atingir os objetivos, visto que o Projeto por si só não tem condições de inserir as mulheres no mundo do trabalho e elevar a escolaridade das mesmas em um curto espaço de tempo. É necessário estabelecer o quanto as políticas públicas específicas para um grupo de pessoas,

como as mulheres, precisam de uma reorganização das suas ações para que se tornem efetivas.

Os dados obtidos neste estudo mostraram que há uma distância grande entre o que está previsto, os resultados alcançados e a realidade em que as mulheres foram colocadas. Quanto ao aspecto de torná-las cidadãs mais críticas, houve pequenos avanços, sobretudo na compreensão dos seus direitos, porém, não o suficiente para que se tornassem cidadãs mais ativas política e socialmente.

Verificou-se que a política conseguiu despertar o desejo de algumas mulheres em estudar, embora o número das que continuaram os estudos não tenha sido expressivo. Ressalta-se, ainda, que o curso não contribuiu muito para o ingresso no mercado de trabalho, nem para a melhoria da renda, embora os conhecimentos técnicos adquiridos nos cursos sejam úteis na vida doméstica. Os dados obtidos e mostrados neste estudo mostram que o curso correspondeu, em sua maioria, às expectativas que as participantes tinham ao se inscreverem no programa.

A própria estrutura curricular do Projeto contribuiu para que os objetivos não fossem plenamente alcançados. A qualificação se deu em módulos, tanto para a parte básica como para a específica, isto é, reproduziu uma característica de cursos rápidos de qualificação profissional, que servem, historicamente, mais para cumprir as metas do governo do que para atender a demanda social.

O Programa Nacional Mulheres Mil foi uma política pública, que teve por base a educação para a emancipação, para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável. Diante do que foi estudado, percebeu-se que esta política pública foi direcionada para os Institutos Federais, pois, quando da sua criação, cada unidade da Rede Federal de Educação Tecnológica teve a responsabilidade de estimular e apoiar os processos educativos que buscassem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

De um modo geral, concluiu-se que se faz necessário que o Estado reveja a situação da Mulheres Mil, ainda mais agora que está integrando o Pronatec, em relação a sua organização, tanto em relação aos recursos humanos, quanto a infraestrutura oferecida nos IF's. O governo federal deve definir e selecionar melhor os professores dos cursos, visto que é necessário que sejam profissionais que atendam as necessidades das alunas.

É necessário delimitar quanto às políticas públicas voltadas para um grupo de pessoas, como as mulheres, necessitam de uma reorganização das suas ações para auxiliar na sua efetivação. Os dados analisados demonstram que há uma distância considerável entre o que foi previsto e estabelecido pelo governo e os resultados, de fato, alcançados, assim como e a realidade em que as mulheres se encontravam depois dos cursos.

Sob a ótica pessoal e educacional, a política Mulheres Mil teve uma certa importância para o desenvolvimento pessoal ,da autoestima, da elevação da escolaridade e da qualificação profissional voltada à promoção da equidade de gênero. Assim, ressalta-se a importância da elaboração e implementação de ações, projetos, programa e/ou políticas públicas que atendam as peculiaridades e anseios das mulheres e que funcione como instrumento de inclusão social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego**. In: Seminário nacional: política geral de emprego. necessidades, opções, prioridades. Brasília, OIT, 9 e 10 de dezembro de 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

ARRETCHE, Marta. Uma Contribuição para Fazermos Avaliações Menos Ingênuas. In: MOREIRA, Maria Cecília Roco; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. [Org.] **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. IEE/PUCSP, São Paulo, 2001.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Toda História: História Geral e História do Brasil**. 12.ed. São Paulo, Ática, 2004.

AZEREDO, B. Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira. In: BARBOSA, A.; MORETTO, A. **Políticas de emprego e proteção social**, Boitempo, 1998.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

BRYNARD, P. **Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora Unesp.

BRASIL, **Constituição de 1937**. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em 07 mar. 2013

BRASIL, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011**. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 20 abr. 2013

BRASIL, **Lei nº 11.892/2008**. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em 07 ago. 2012

BRASIL, **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. 2010

BRASIL, **Lei nº 11.892/2008**. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em 07 mar. 2013.

_____, **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 20 ago.2012

BRASIL, **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. 2010

BRASIL/MTb/SEFOR. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Brasília: Sefor, 1995.

BRUSCHINI, Cristina et al. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro, Um retrato dos anos Noventa, In: Maruani, Margaret e Hirata, Helena [Org.], **As novas fronteiras da desigualdade, Homens e Mulheres no mercado de trabalho**, São Paulo: Senac,2002

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2 ed. Recife: IICA, 1999.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção. Série Ensaio Econômicos**, São Paulo, IPE/USP, n. 26, 1983.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: Tommasi, Livia; Warde, Miriam e Haddad, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.**, São Paulo: Cortez Editora 1996.

DEDECCA, C. et al . Transformações recentes do sistema público. In: DEDECCA, Cláudio. **Economia e trabalho no Brasil**: relação perversa para o presente e para o futuro. ANPOCS, 25º Encontro Anual. Caxambu, 2001;

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 12. ed. New Jersey: Pearson, 2008.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **A Educação Profissional no Planejamento Plurianual do Governo FHC**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2006.

FRANCO, M. Laura P. Barbosa et al. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GUARESCHI, N. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marlene [Org.]. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HIRATA, H.S. Os mundos do trabalho. In: CASALLI, A. (et. al.) [Org.]. **Empregabilidade e Educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. Fordismo e modelo japonês. In: FORTES, José; SOARES, Rosa [Orgs]. **Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial**. Brasília, ed. UNB, 1996.

HJERN, B E PORTER, D. Implementation Structures. A New Unit of Administrative Analysis. In: HILL, M e HAM, C. **The Policy Process in the Modern Capitalist State**. Harvest, Nova Iorque, 1993.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, maio-agosto 2004.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=SO101>> , 02 jan. 2013. Brasília.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**, Campinas,

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios**. Brasília, IPEA, 2007

JAKOBSEN, K. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, K. **Mapa do trabalho informal**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 64p.

JOHN, Peter. **Analysing Public Policy**. Pinter, Londres, 1999.

LAVINAS, Lena. As recentes políticas públicas de emprego no Brasil e sua abordagem de gênero. In: BRASIL - abertura e reajuste do mercado de trabalho no Brasil, São Paulo: Ministério de Trabalho e Emprego, OIT, Editora 34.

LAVINAS, Lena (1997), Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete, *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 40, No 1,

LIMA FILHO, Domingos Leite (org.). **Educação profissional: tendências e Desafios**. Curitiba, SINDOCEFET – PR, 1999.

LOWI, Theodore J. (1985). The State in Politics: The Relation Between Policy and Administration. In: Noll, Roger G. (ed), **Regulatory Policy and the Social Sciences**, pp. 67-105. University of California Press.

MACHADO, Lucília Regina de Souza . Usos Sociais do Trabalho e da Noção de Competência. In: Helena Hirata e Liliana Segnini. [Org.]. **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro : Zahar, 1967

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MERCADANTE, Aluisio. **Ministro destaca sucesso da experiência e anuncia expansão**. Disponível em:

http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1707&catid=1707&Itemid=228&lang=br&Itemid=230 .Acesso em 24 abr.2013

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas**. Brasília: Ministério do Trabalho/Secretaria do Emprego, 1999. 14p.

MORETTO, A. et al (2003), Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil, In: Proni, M. e Henrique, W. [ed.]. **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**, São Paulo, Editora Unesp; Campinas: IE/Unicamp,

NORONHA, E. G. Informal, ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003.

OFFE, C. e RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. **Problema estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. Algumas contradições do Estado Social Moderno. **Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**, vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, Ramon. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. S. Paulo: Cortez, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Employment, incomes and equality: a strategic for increasing productive employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972.

ORTEGA, A. et al, **Paro, exclusión y políticas de empleo: aspectos sociológicos**, Valencia, Tirant Lo Blanch, 341 pp.

POCHMANN, M. (1998), **As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes**. In OLIVEIRA, Marco Antônio de (ed.), *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*, Campinas, IE/Unicamp,

POCHMANN, M (2001), **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**, Campinas, Boitempo, 151 pp.

POCHMANN, M. **O Trabalho Sob Fogo Cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

RAWLS, John. **Justiça como equidade**. – *Uma reformulação*. Trad. Cláudia Berliner. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIROMA, E. **Da competitividade para a empregabilidade: razões para o deslocamento do discurso**. Texto suporte para a conferência apresentada pela pesquisadora no II Seminário de Educação Profissional realizado no CEFET PR, em 27/12/1998. Disponível em: <<http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/dacompetitividade1.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4.ed, São Paulo: Contexto, 1998. 117p.

SINGER, Paul; POCHMANN, Márcio. [Org.]. **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: Fundação Persen Abramo, 2001.

SOUSA, Salviana de Maria. P. S; PEREIRA, Maria Eunice F.D. A apropriação da noção de competência nas políticas de educação profissional desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1990. In: SILVA, Maria Ozanira e YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.) **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da AATR – BA**, Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2015.

TEIXEIRA, R. C. F. A passagem do —direito ao trabalho para a —empregabilidade: privatização do espaço público através das políticas sociais de emprego na contemporaneidade. In: **UNIMONTES Científica**. Vol 5, ano 1, 2003. Disponível em:

<<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/viewArticle/80>>. Acesso em 29 mar. 2013.

THEODORO, M. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil. Texto para discussão n.762**, Brasília: IPEA, 2000. 19p.

THUY, P. et al. **El servicio publico de empleo en un mercado de trabajo cambiante**, Madrid, OIT e Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales de España.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO SOCIO-ECONÔMICO

Número do Inscrição _____

1) Quantos anos você tem?

2) Você tem filhos?

Sim ()

Não ()

Se sim, quantos?

() 1

() 2

() 3

() 4

() mais de 4

3) Quantos membros da sua família moram com você?

() 1

() 2

() 3

() 4

() 5

() mais de 5

4) Você recebe algum tipo de benefício social do Governo Federal ou Estadual (exemplos: bolsa-família ou outros)? Especifique.

Sim() _____

() Não

5) Qual seu grau de escolaridade?

() ensino fundamental incompleto.

() ensino fundamental completo.

() ensino médio incompleto.

() ensino médio completo.

() ensino superior incompleto.

() ensino superior completo.

6) Assinale a modalidade de ensino e tipo de escola que cursou o ensino fundamental e/ou médio (assinale de acordo com o seu maior grau de escolaridade):

() ensino regular todo em escola pública.

() ensino regular todo em escola particular.

() ensino regular, sendo a maior parte em escola pública.

() ensino regular, sendo a maior parte em escola particular.

() ensino supletivo todo em escola pública.

() ensino supletivo todo em escola particular.

- ensino supletivo, sendo a maior parte em escola pública.
- ensino supletivo, sendo a maior parte em escola particular.

7) Em relação ao interesse pelo curso pretendido, assinale a alternativa (apenas uma) que melhor represente suas expectativas em cursá-lo:

- pretendo empreender nessa área profissional.
- pretendo conseguir um emprego a partir da formação inicial oferecida.
- pretendo uma qualificação para as atividades que exerço.
- pretendo conhecer essa área profissional a título de cultura geral.
- pretendo a certificação para atender as exigências da empresa em que trabalho.

8) Você trabalha atualmente?

- Sim, em empresa pública ou privada relacionada ao curso em que pretendo ingressar no IFMA.
- Sim, em empresa pública ou privada em área diferente do curso que pretendo ingressar no IFMA.
- Sim, como profissional liberal em área relacionada ao curso que pretendo ingressar no IFMA.
- Sim, como profissional liberal em área diferente do curso que pretendo ingressar no IFMA
- Estou desempregado atualmente, mas sou profissional de área relacionada ao curso em que pretendo ingressar no IFMA.
- Estou desempregado atualmente, mas estou interessado em trabalhar na área profissional em que pretendo ingressar no IFMA, em empresa pública ou privada, ou como autônomo.
- Não trabalho

9) Qual renda mensal da sua família?

- não tenho renda mensal
- até R\$ 415,00
- de R\$ 416,00 a R\$ 623,50
- de R\$ 623, 51 a R\$ 830,00
- entre R\$ 831,00 e R\$ 1037,50
- entre R\$ 1037,51 e R\$ 1245,00
- entre R\$ 1246,00 e R\$ 1452,50
- entre R\$ 1452,51 e R\$ 1660,00
- entre R\$ 1661,00 e R\$ 1867,50
- entre R\$ 1865,00 e R\$ 2075,00
- entre R\$ 2076,00 e R\$ 2282,50
- entre R\$ 2283,00 e R\$ 2490,00
- entre R\$ 2491,00 e R\$ 2697,50
- entre R\$ 2698,00 e R\$ 2905,00
- entre R\$ 2906,00 e R\$ 3112,50
- acima de R\$ 3113,00

10) Qual a sua participação na renda familiar?

- Não trabalho e meus gastos são financiados pela família
- Trabalho e recebo ajuda da família.
- Trabalho e me sustento.
- Trabalho e contribuo com o sustento da família.
- Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.

11) Por que você quer fazer esse curso?

12) Qual a sua relação com o curso e atividade desenvolvida em seu dia a dia?

13) Qual a sua perspectiva após a conclusão do curso oferecido?

14) Quais suas habilidades e quais as atividades que você gosta de desenvolver?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA NAS CASAS

- 1) Confirmar todos os dados;
- 2) Qual a atividade que exerce?
- 3) Qual a atividade dos outros ocupantes da casa?
- 4) Se os filhos estudam?
- 5) Por que parou de estudar e por que resolveu voltar?
- 6) Se estiver desempregada como realiza as atividades financeiras da casa?
 - Observar a higiene pessoal, bucal e do ambiente em que vive.
 - Perguntas para saber quais os conhecimentos prévios: Essas perguntas não são diretas e sim começamos a conversar sobre o preparo, a conservação e o congelamento dos alimentos e realizamos as perguntas de uma forma indireta.
- 7) Depois de preparar a comida, como você armazena?
- 8) Como você descongela a carne?
- 9) Como faz a lavagem dos alimentos?
- 10) Sabe diferenciar e classificar as matérias primas, por exemplo, o que é um arroz, uma carne e um óleo usado no preparo dos alimentos?
- 11) Como é feita a limpeza dos equipamentos e utensílios usados em sua casa ou no trabalho?
- 12) Se trabalhar com venda de alimentos, como é feita essa venda, e o preparo desses alimentos?

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PROJETO MULHERES MIL

- 1- Sobre as Condições do Laboratório? ótimo bom ruim péssimo
- 2- Sobre os professores? ótimo bom ruim péssimo
- 3- Sobre as disciplinas? ótimo bom ruim péssimo
- 4- O que você modificou em sua casa?
- lavar as mãos corretamente
 - comprar somente alimentos que tenham boa procedência
 - maneira correta de congelar e descongelar os alimentos
 - aproveitamento integral dos alimentos
 - preparo dos alimentos com mais cuidado
 - higiene pessoal e familiar
 - armazenamento correto depois do alimento pronto
 - colocou alimentos saudáveis nas refeições que antes não consumia ou consumia pouco
 - aprendeu a preparar pratos que não tinha conhecimento
- 5- Sobre o aprendizado em sala de aula? ótimo bom ruim péssimo
- 6- Ele possibilitou uma :
- melhoria na renda
 - vai ajudar nas tarefas do dia a dia
 - melhorou a forma de convivência com a família
 - saber trabalhar em grupo

- dividir tarefas
- formar uma equipe
- saber atender e vender à um cliente
- valorizar-se quanto mulher
- vontade de continuar estudando
- espírito empreendedor

7- O Projeto atendeu a expectativas esperadas? sim não
E por quê?

8 – Acha que depois desses meses de novas aprendizagens trará benefícios para você e sua família? Por quê?

9- O que você melhoraria no Projeto para que ele pudesse atingir as suas expectativas?